

*Handwritten notes and signatures in blue ink, including the name "Auilax" and several illegible signatures.*

## II – Execução do Orçamento

### 2.1 – Comparação entre o Orçamento Inicial e o Orçamento Executado

Com base no princípio da utilização racional das dotações aprovadas, disponibilizamos nos quadros abaixo informação que possibilita avaliar a economia, eficiência e eficácia das despesas autárquicas.

O orçamento do Município de Valpaços apresenta a previsão das receitas, bem como das despesas, desagregado segundo a classificação económica legalmente aprovada e tem um carácter anual.

Procura-se neste ponto explicitar e comparar a execução do orçamento, valores inicialmente propostos com valores efetivamente executados, analisados os correspondentes desvios.

Esta comparação permite aferir a fiabilidade do orçamento inicialmente apresentado e aprovado e a capacidade financeira da sua execução, face ao volume de receitas arrecadadas e despesas pagas.

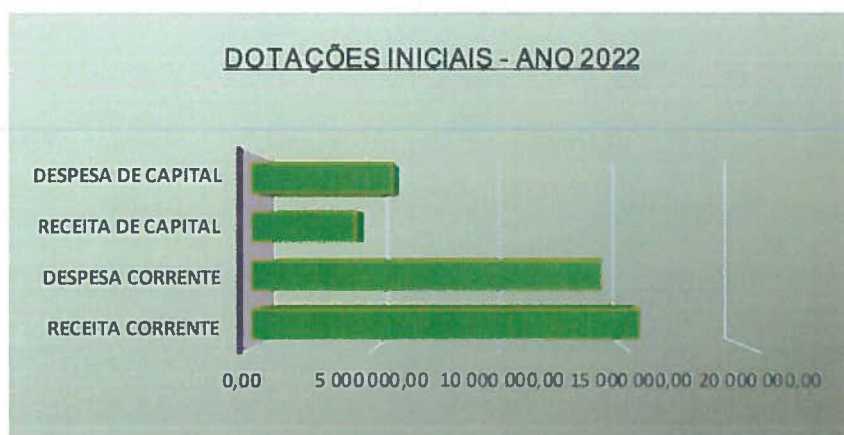
Propôs-se o município, para o período de 2022, arrecadar e pagar as verbas abaixo discriminadas.

Quadro I

#### Dotações iniciais do ano 2022

Receita		Despesa	
Corrente	15 588 517,00	Corrente	14 071 031,00
Capital	4 134 868,00	Capital	5 652 354,00
<b>Total</b>	<b>19 723 385,00</b>	<b>Total</b>	<b>19 723 385,00</b>

Gráfico I



Durante este capítulo analisaremos as verbas que inicialmente foram propostas, com as que efetivamente foram arrecadadas e pagas. Faremos igualmente comparações com os anos transatos por forma a aferir a evolução das receitas e despesas municipais.

Conforme se pode verificar no quadro abaixo, o Orçamento Inicial 19.723.385 euros (19.079.446 euros em 2021) e Final 26.980.044,19 euros (25.711.690,86 euros em 2021) apresentam valores totais distintos.

Ao longo da gerência de 2022, o orçamento foi objeto de reforços fruto da integração do saldo da gerência anterior (gerência do ano 2021) no valor de 6.129.435.13 euros, conforme alteração orçamental modificativa aprovada pelo órgão deliberativo, em sua sessão de 10 de fevereiro de 2022. Em 2021, o saldo integrado que adveio da gerência de 2020 foi de 3.994.989,86 euros.

A concretização das transferências de competências nos órgãos municipais na área da Educação, da Ação Social e da Saúde levou o município a incorporar as receitas previstas no envelope financeiro destinadas a acomodar o quadro de transferência de competências para as autarquias locais, aqui o orçamento da receita foi incrementado com mais 1.719.254 euros. A 2.ª alteração orçamental modificativa foi aprovada pelo órgão deliberativo em sua sessão de 7 de abril de 2022.

Atendendo a que o Orçamento do Estado para 2022, reduziu as verbas previstas e consideradas no orçamento municipal para a gerência de 2022, sob a forma de transferências para os municípios, vimos o orçamento encolher em 965.084 euros conforme 3.ª alteração orçamental modificativa aprovada pelo órgão deliberativo, em sua sessão de 7 de junho de 2022.

Em matéria de alterações orçamentais, importa igualmente chamar à colação a alteração orçamental modificativa concretizada a 4 de abril de 2022, onde se procedeu ao incremento de 373.054,06 euros provenientes das transferências legalmente consignadas oriundas de Programas Cofinanciados (Norte 2020).

**Quadro II**

**Execução do Orçamento - Ano 2022**

Designação	Orçamento		Receita cobrada bruta (c)	Desvio (c) - (b)	Taxa de Execução (%)	
	Inicial (a)	Final/Corrigido (b)			Dotação Inicial	Dotação Corrigida
<b>Receitas</b>						
Correntes	15 588 517,00	17 144 143,00	18 986 651,35	1 842 508,35	121,80	110,75
Capital	4 134 868,00	3 706 466,06	3 839 172,98	132 706,92	92,85	103,58
Outras Receitas - Reposições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo da Gerência anterior	0,00	6 129 435,13	6 129 435,13	0,00	0,00	100,00

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES & CONTAS – 2022**

*Luís*  
*CF*  
*g*

Designação	Orçamento		Despesa paga (c)	Desvio (c) - (b)	Taxa de Execução (%)	
	Inicial (a)	Final/Corrigido (b)			Dotação Inicial	Dotação Corrigida
<b>Despesas</b>						
Correntes	14 071 031,00	16 323 191,00	14 805 466,79	-1 517 724,21	105,22	90,70
Capital	5 652 354,00	10 656 853,19	8 658 719,83	-1 998 133,36	153,19	81,25

As variações do quadro revelam, em termos relativos, uma taxa de execução da receita de 106,05% (98,08% em 2021), a qual, em termos percentuais, é superior à taxa de execução da despesa no valor de 86,97% (74,24% em 2021 [variação aferida com base no orçamento final/corrigido]). Estes rácios traduzem a capacidade de realização das receitas e das despesas programadas, dado que a taxa referente à realização das despesas é calculada com base nos valores efetivamente pagos (execução financeira) e da receita a verdadeiramente arrecadada (Receita cobrada líquida).

Para os resultados de execução orçamental apresentados contribuíram maioritariamente as receitas correntes, que atingiram uma execução de 110,75% (107,37% em 2021), conseguindo assim financiar as despesas correntes na sua totalidade e libertando poupança corrente (superavit) no valor de 4.181.184,56 euros (4.155.739,28 euros em 2021), para financiar despesas de capital. Conseguiu-se financiar 48,29% (65% em 2021) das despesas de capital recorrendo-se a fluxos correntes.

Anote-se que a pretensão inicial de poupança corrente era de 1.517.486 euros (2.068.609 euros em 2021), ficando-se sobejamente acima do valor inicialmente proposto.

**Quadro III**

**Evolução do orçamento e respetiva execução (2020-2022)**

Designação	Receitas			Despesas		
	Ano 2020	Ano 2021	Ano 2022	Ano 2020	Ano 2021	Ano 2022
Orçamento inicial	15 956 331,00	19 079 446,00	19 723 385,00	15 956 331,00	19 079 446,00	19 723 385,00
Orçamento final	21 156 167,08	25 711 690,86	26 980 044,19	21 156 167,08	25 711 690,86	26 980 044,19
Execução	21 373 911,61	25 216 935,44	28 613 293,83	17 378 921,75	19 087 500,31	23 464 186,62
Grau de execução %	101,03	98,08	106,05	82,15	74,24	86,97

Ao longo do triénio, o ano 2022 foi aquele em que o grau de execução da receita foi o mais elevado (106,05%). A nível da despesa paga, foi igualmente o ano 2022 onde se efetivou o maior volume de despesa paga. O grau de execução também é o mais alto do triénio. Efetivamente a despesa paga representa 86,97% do orçamento final.

Anote-se, e em conformidade com o n.º 3 do artigo 56º do Regime Financeiros das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, com entrada em vigor a 1 de janeiro de 2014, no caso de o município registar durante dois anos consecutivos uma taxa de execução da receita prevista no orçamento respetivo inferior a 85%, são informados os membros do governo responsáveis pelas áreas das finanças e das autarquias locais, bem como os Senhores Presidentes dos órgãos executivo e deliberativo do município, que informam os respetivos membros na primeira reunião ou sessão seguinte, respetivamente.

Em 2020, 2021 e em 2022, como se demonstra no quadro supra, a taxa de execução da receita foi sempre superior aos 85% previstos no RFALEI, pelo que o município de Valpaços deu cabal cumprimento à disposição legal prevista no RFALEI.

Passaremos de seguida a uma análise mais detalhada de cada componente da receita e da despesa.

## 2.2 – Execução Orçamental da Receita

Neste capítulo é feita a análise do grau de execução da receita alcançada face à receita inicialmente prevista e respetiva comparação com períodos anteriores.

A autonomia financeira da autarquia depende dos meios colocados ao seu dispor para a prossecução dos fins próprios, sendo relevante referir que os resultados da execução orçamental estão fortemente dependentes de fundos externos, nomeadamente estatais (OE - Orçamento do Estado), Fundos comunitários (FEDER-QREN-Portugal 2020) e contratos-programa.

Quadro IV

Orçamento da receita

Capítulo	Previsões iniciais	Alterações		Previsões corrigidas	Variação
		Reforços	Anulações		
Impostos Diretos	1 798 528,00			1 798 528,00	0,00
Impostos Indiretos	0,00			0,00	0,00
Taxas, multas e outras penalidades	488 207,00			488 207,00	0,00
Rendimentos de propriedades	1 185 755,00			1 185 755,00	0,00
Transferências correntes	10 799 704,00	1 737 120,00	181 494,00	12 355 330,00	1 555 626,00
Venda de bens e serviços correntes	1 230 822,00			1 230 822,00	0,00
Outras receitas correntes	85 501,00			85 501,00	0,00
Venda de bens de investimento	53 875,00			53 875,00	0,00
Transferências de capital	4 068 353,00	373 054,06	801 456,00	3 639 951,06	-428 401,94
Ativos financeiros	0,00			0,00	0,00
Passivos financeiros	0,00			0,00	0,00

*Handwritten signature and initials in blue ink.*

Outras receitas de capital	12 640,00			12 640,00	0,00
Rep. Não abatidas nos pagamentos	0,00			0,00	0,00
Saldo da gerência anterior	0,00	6 129 435,13		6 129 435,13	6 129 435,13
<b>Total</b>	<b>19 723 385,00</b>	<b>8 239 609,19</b>	<b>982 950,00</b>	<b>26 980 044,19</b>	<b>7 256 659,19</b>

As alterações orçamentais previstas no parágrafo 3 da NCP 26 constituem um instrumento de gestão orçamental que permite a adequação do orçamento à execução orçamental ocorrendo a despesas inadiáveis, não previstas ou insuficientemente dotadas, ou receitas imprevistas. As alterações orçamentais podem ser modificativas ou permutativas, assumindo a forma de inscrição ou reforço, anulação ou diminuição ou crédito especial.

A alteração orçamental modificativa é aquela que procede à inscrição de uma nova natureza de receita ou de despesa ou da qual resulta o aumento do montante global de receita, de despesa ou de ambas, face ao orçamento que esteja em vigor<sup>1</sup>.

Alteração orçamental permutativa é aquela que procede à alteração da composição do orçamento de receita ou de despesa da entidade, mantendo constante o seu montante global.

Foi o orçamento municipal objeto de três alterações orçamentais modificativas ou revisões orçamentais<sup>2</sup>, na terminologia do Ponto 8.3.1. do POCAL não revogado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro (vide art.º 17º - Norma revogatória), devidamente aprovadas pela Digníssima Assembleia Municipal, tendo o orçamento inicial sido incrementado em 6.129.435,13 euros em resultado da aprovação do saldo da gerência anterior (Ano 2021). Na 2ª revisão orçamental, fruto do pacote da descentralização administrativa, concretamente nas áreas setoriais da Educação e da Ação Social, foi o orçamento incrementado em 1.719.254 euros. A elaboração e aprovação da 3ª revisão orçamental, justificou-se pela redução às verbas oriundas do Orçamento do Estado, atendendo que aquando da feitura do orçamento municipal para o ano 2022, foram consideradas as verbas aprovadas no OE de 2021, que se viriam a tornar excessivas em relação às aprovadas no OE de 2022. Com exceção da rubrica «Participação variável no IRS» que teve um incremento de 17.866,00 euros face às dotações iniciais, as demais componentes do OE de 2022 sob a forma de fundos a transferir para as autarquias locais, e no caso particular do Município de Valpaços, tiveram um corte de 982.950 euros (181.494,00 euros sob a forma de receita corrente e 801.456,00 euros sob a forma de receita de capital).

Durante o ano de 2022, foram igualmente feitas alterações orçamentais nas quais foi incrementado o valor da receita em resultado do aumento das transferências de capital «Norte 2020», no montante de 373.054,06 euros.

<sup>1</sup> Salvo quando se trata de receitas legalmente consignadas, empréstimos contratados e entrada em vigo da nova tabela de vencimentos.

<sup>2</sup> A 1ª revisão orçamental foi aprovada em 10/02/2022 pela Câmara Municipal e em 22/02/2022 pela Assembleia Municipal. A 2ª revisão orçamental foi aprovada em 07/04/2022 pela Câmara Municipal e em 26/04/2022 pela Assembleia Municipal. A 3ª revisão orçamental foi aprovada em 07/06/2022 pela Câmara Municipal e em 29/06/2022 pela Assembleia Municipal.

Em termos globais, o orçamento da receita foi incrementado em 7.256.659,19 euros.

**Quadro V**

**Grau de execução da receita**

Designação	Orçamento Inicial		Receita Cobrada Líquida		Desvio	Taxa de execução
	Valor	%	Valor	%		
<b>Receitas Correntes</b>	<b>15 588 517,00</b>	<b>79,04</b>	<b>18 896 658,72</b>	<b>84,05</b>	<b>3 308 141,72</b>	<b>121,22</b>
01 Impostos Diretos	1 798 528,00	9,12	2 008 390,16	8,93	209 862,16	111,67
02 Impostos Indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04 Taxas multas e out. Penalidades	488 207,00	2,48	1 442 609,05	6,42	954 402,05	295,49
05 Rendimentos de propriedades	1 185 755,00	6,01	1 349 352,96	6,00	163 597,96	113,80
06 Transferências correntes	10 799 704,00	54,76	12 473 667,27	55,48	1 673 963,27	115,50
07 Venda de bens e serviços	1 230 822,00	6,24	1 361 707,38	6,06	130 885,38	110,63
08 Outras receitas correntes	85 501,00	0,43	260 931,90	1,16	175 430,90	305,18
<b>Receitas de Capital</b>	<b>4 134 868,00</b>	<b>20,96</b>	<b>3 587 199,98</b>	<b>15,95</b>	<b>-547 668,02</b>	<b>86,75</b>
09 Venda de bens de investimento	53 875,00	0,27	29 547,17	0,13	-24 327,83	54,84
10 Transferências de capital	4 068 353,00	20,63	3 550 499,72	15,79	-517 853,28	87,27
11 Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12 Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13 Outras receitas de capital	12 640,00	0,06	7 153,09	0,03	-5 486,91	0,00
<b>Total</b>	<b>19 723 385,00</b>	<b>100,00</b>	<b>22 483 858,70</b>	<b>100,00</b>	<b>2 760 473,70</b>	<b>114,00</b>

O quadro acima representado permite a comparação da receita cobrada líquida, com a receita prevista em termos de orçamento inicial e conseqüentemente detetar os correspondentes desvios e taxas de execução. A diferença observada entre os valores orçamentados e executados, não resulta da falta de rigor na elaboração do orçamento, mas antes do facto do POCAL (Ponto 3.3.1.) impor a média aritmética das receitas cobradas dos últimos 24 meses que antecedem a elaboração do orçamento, não sendo assim possível relevar, em termos orçamentais, o crescimento ou diminuição de determinadas receitas. Pese embora em determinadas rubricas impere a subavaliação das dotações, por forma a evitar ilusões na ótica da despesa.

De referir, que a referência ao POCAL, concretamente ao seu ponto 3.3.1. se mantém em vigor no âmbito do novo sistema contabilístico (SNC-AP).

Ao nível dos impostos diretos – *IMI, IMT e IUC*, analisaremos o seu comportamento nos últimos 3 anos.

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

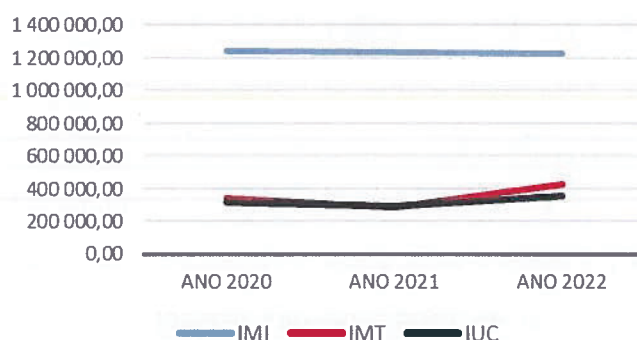
**Quadro VI**

**Evolução do IMI, do IMT e do IUC**

	Ano 2020	Ano 2021	Ano 2022
<b>IMI</b>	1 241 532,71	1 231 418,54	1 229 755,79
<b>IMT</b>	336 834,84	281 108,71	426 835,79
<b>IUC</b>	313 916,97	292 920,77	351 798,58
<b>TOTAL</b>	<b>1 892 284,52</b>	<b>1 805 448,02</b>	<b>2 008 390,16</b>

**Gráfico II**

**Evolução do IMI e IMT**



Da análise ao quadro e ao gráfico supra, constatamos que a receita fiscal arrecadada em 2022 (2.008.390,16 euros), foi superior em 202.942,14 euros face ao montante recebido no ano 2021 (1.805.448,02 euros), coincidente com a tendência crescente que se vinha a verificar em anos transatos, exceto em 2021 onde se verificou uma diminuição.

Notamos que a receita do IMI tem vindo a diminuir ao longo do triénio em análise (- 0,94% de 2020 Vs 2022). Atendendo a que a taxa do imposto se mantém inalterável, apontamos como justificação a variação no Valor Patrimonial Tributário (VPT).

A receita proveniente do IMT, do IMI e do IUC, é arrecadada diretamente pela Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) e transferida para o município, como resulta das alíneas a) e c) do artigo 14º e artigo 81º, ambos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro na sua redação atualizada, cobrando-se a AT de uma comissão, que no ano 2022 foi de 50.392,03 euros (45.443,50 euros em 2021).<sup>3</sup>

Ao nível da receita de IMI, em conformidade com o disposto na alínea a) do artigo 23º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, foram transferidos pela AT, 51.303,97 euros (49.090,11 euros

<sup>3</sup> Vide mapa de controlo orçamental da despesa – Rubrica 020224.

em 2021) para as freguesias do concelho, correspondendo a 100% do produto da receita do IMI que incide sobre os prédios rústicos e 1% da receita do IMI sobre os prédios urbanos, na circunscrição territorial de cada freguesia.

Em resultado da proposta apresentada pela câmara municipal (Proposta n.º 10DFP/2022) que mereceu a aprovação do executivo camarário em sua reunião realizada a 9 de setembro de 2022, sancionado pelo órgão deliberativo em 16 de setembro de 2022, foi deliberado aplicar a taxa mínima de IMI, prevista no artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI):

Prédios urbanos - 0,3% [0,3% a 0,45%].

Atendendo à isenção prevista no artigo 11.º-A do CIMI [mecanismo anteriormente consagrado no artigo 48.º do EBF] ficam isentos de IMI os prédios rústicos e o prédio ou parte de prédio urbano destinado à habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar e que seja efetivamente afeto a tal fim, desde que o rendimento bruto total do agregado familiar não seja superior a 2,3 vezes o valor anual do indexante dos apoios sociais (IAS) e o valor patrimonial tributário (VPT) global da totalidade dos prédios rústicos e urbanos pertença do agregado familiar não exceda 10 vezes o valor anual do IAS.

O reconhecimento da isenção é automático e com uma periodicidade anual, concedida pela AT.

### 2.2.1 – Execução Orçamental da Receita corrente por capítulos económicos

Quadro VII

**Execução Orçamental da Receita por capítulos económicos**

Designação	Orçamento Inicial		Receita Cobrada Líquida		Desvio	Taxa de execução
	Valor	%	Valor	%		
<b>Receitas Correntes</b>	<b>15 588 517,00</b>	<b>100,00</b>	<b>18 896 658,72</b>	<b>100,00</b>	<b>3 308 141,72</b>	<b>121,22</b>
01 Impostos Diretos	1 798 528,00	11,54	2 008 390,16	10,63	209 862,16	111,67
04 Taxas multas e out. Penalidades	488 207,00	3,13	1 442 609,05	7,63	954 402,05	295,49
05 Rendimentos de propriedades	1 185 755,00	7,61	1 349 352,96	7,14	163 597,96	113,80
06 Transferências correntes	10 799 704,00	69,28	12 473 667,27	66,01	1 673 963,27	115,50
07 Venda de bens e serviços	1 230 822,00	7,90	1 361 707,38	7,21	130 885,38	110,63
08 Outras receitas correntes	85 501,00	0,55	260 931,90	1,38	175 430,90	305,18

Em todos os capítulos da receita corrente, o valor arrecadado é superior aos montantes inicialmente previstos, verificando-se um desvio positivo global de 3.308.141,72 euros.



*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

No capítulo dos «Rendimentos de propriedade» estão refletidas as receitas provenientes do rendimento de ativos financeiros, nomeadamente os dividendos de ações (Participações) de sociedades em que o município participa, bem como os rendimentos provenientes de rendas, sejam de terrenos, edifícios e a renda de concessão cobrada à E-Redes pela utilização do domínio público municipal. Encontra-se ainda refletido neste capítulo, o benefício de 2,5% sobre a faturação de energia produzida pelo parque eólico do Alto da Coutada (Serra da Padrela), conforme o disposto no n.º 27 do art.º 2º do DL n.º 33-A/2005, de 16 de fevereiro.

O capítulo responsável pela maior arrecadação da receita corrente foi o das transferências correntes, representando 66.01% da receita corrente arrecadada, fazendo naturalmente depender o município de transferências externas, nomeadamente do Orçamento do Estado – FEF (Fundo de Equilíbrio Financeiro).

O valor arrecadado sob a forma de outras receitas correntes diz respeito nomeadamente a indemnizações recebidas fruto de estragos provocados por outrem em equipamentos municipais 2.563,52 euros (27.784,24 euros em 2021), de reembolsos de IVA 35.000 euros (138.953,24 euros em 2021), de donativos de 205.000 euros (80.000 euros em 2021) e de outras receitas correntes 18.368,38 euros (39.729,42 euros em 2021).

### 2.2.2 – Principais Componentes da Receita Corrente

Atendendo à sua importância desenvolver-se-á, de seguida, o estudo mais detalhado da receita corrente.

Quadro VIII

Receitas Fiscais

Designação	Orçamento Inicial		Receita Cobrada Líquida		Desvio	Taxa de execução
	Valor	%	Valor	%		
<b>01 Impostos Diretos</b>	<b>1 798 528,00</b>	<b>78,65</b>	<b>2 008 390,16</b>	<b>58,20</b>	<b>209 862,16</b>	<b>111,67</b>
Imposto Municipal Imóveis	1 229 528,00	53,77	1 229 755,79	35,63	227,79	100,02
Imposto Único de Circulação	329 000,00	14,39	351 798,58	10,19	22 798,58	106,93
Imposto Municipal Trans. Imóveis	240 000,00	10,50	426 835,79	12,37	186 835,79	177,85
Impostos Abolidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos diretos diversos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>04 Tx, mult., outras penalidades</b>	<b>488 207,00</b>	<b>21,35</b>	<b>1 442 609,05</b>	<b>41,80</b>	<b>954 402,05</b>	<b>295,49</b>
Mercados e Feiras	1 382,00	0,06	971,80	0,03	-410,20	70,32
Loteamento e Obras	52 451,00	2,29	102 235,71	2,96	49 784,71	194,92
Ocupação da Via Pública	1 723,00	0,08	497,70	0,01	-1 225,30	0,00
Caça, Uso e Porte de Arma	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
Saneamento (Conservação)	410 234,00	17,94	432 118,88	12,52	21 884,88	105,33
Tx. Municipal direito de passagem	3 032,00	0,13	4 659,67	0,14	1 627,67	367 513,00

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES & CONTAS - 2022**

Arrendamento urbano	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
Outros						
TDFTH	100,00	0,00	354,00	0,01	254,00	354,00
Publicidade	50,00	0,00	2 584,57	0,07	2 534,57	100,00
Outras	9 577,00	0,42	562 862,18	16,31	553 285,18	5 877,23
Multas e outras penalidades						
Juros de mora	7 634,00	0,33	328 849,38	9,53	321 215,38	4 307,69
Juros compensatórios	2 022,00	0,09	2 517,16	0,07	495,16	124,49
Coimas e penalidades	1,00	0,00	2 750,00	0,08	2 749,00	0,00
Multas diversas	1,00	0,00	2 208,00	0,06	2 207,00	220 800,00
<b>Total</b>	<b>2 286 735,00</b>	<b>100,00</b>	<b>3 450 999,21</b>	<b>100,00</b>	<b>1 164 264,21</b>	<b>150,91</b>

Constata-se que dentro das receitas fiscais o IMI é que mais contribui para o erário municipal, responsável pela arrecadação de 1.229.755,79 euros (1.231.418,54 euros em 2021). No capítulo das taxas, o saneamento é que mais gerou receitas para a autarquia 432.118,88 euros (414.121,60 euros em 2021), pese embora o montante arrecadado ser manifestamente insuficiente para ocorrer às despesas suportadas com o tratamento das águas residuais [Atualmente a tarifa de tratamento de efluentes cobrada pela AdN (Águas do Norte) é de 0,6793€ por m<sup>3</sup>, acrescidos de IVA], concessionado às Águas do Norte.

Tomando em consideração o Capítulo das Taxas, em especial as rubricas «Mercados e Feiras» e «Ocupação da Via Pública», cuja execução ficou aquém do inicialmente previsto, refletem as medidas mitigadoras que a Câmara Municipal implementou tendentes à ajuda ao comércio, no âmbito do combate aos efeitos económicos adversos provocados pela Covid-19, nomeadamente a isenção de pagamento da ocupação da via pública devida por esplanadas, lugares de terrado e feiras.

Da análise do quadro supra, é notório o desvio (pela positiva) nas rubricas de «Taxas-Outras» e na de «Juros de mora». Esta arrecadação excecional, deveu-se ao facto de o Município ter saído vencedor do processo judicial n.º 431/11.0 BEMDL que correu termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, culminando no Acordo do Supremo Tribunal Administrativo, condenando as «Águas do Norte» ao pagamento de 557.316,00 euros em resultado da liquidação da taxa municipal por ocupação do solo e subsolo do domínio público municipal e de 322.205,00 euros a título de juros de mora. O valor resultante da condenação foi regularizado pela «Águas do Norte» no decurso do ano 2022 e de forma prestacional (em 3 prestações).

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

Quadro IX  
Transferências Correntes

Designação	Orçamento Inicial		Receita Cobrada Líquida		Desvio	Taxa de execução
	Valor	%	Valor	%		
<b>Orçamento do Estado:</b>	<b>10 289 704,00</b>	<b>95,28</b>	<b>11 694 439,86</b>	<b>93,75</b>	<b>1 404 735,86</b>	<b>113,65</b>
Fundo de Equilíbrio Financeiro	9 597 676,00	88,87	9 546 323,00	76,53	-51 353,00	99,46
Fundo Social Municipal	330 357,00	3,06	228 667,00	1,83	-101 690,00	69,22
Participação variável no IRS	276 232,00	2,56	294 098,00	2,36	17 866,00	106,47
Participação no IVA	85 438,00	0,79	56 986,51	0,46	-28 451,49	100,00
Outras	1,00	0,00	1 568 365,35	12,57	1 568 364,35	156 836 535,00
<b>Estado-Participação projetos</b>	<b>95 001,00</b>	<b>0,88</b>	<b>463 156,55</b>	<b>3,71</b>	<b>368 155,55</b>	<b>487,53</b>
<b>Serviços e Fundos Autónomos-Outros</b>	<b>1,00</b>	<b>0,00</b>	<b>43 742,00</b>	<b>0,35</b>	<b>43 741,00</b>	<b>4 374 200,00</b>
<b>Serviços e Fundos Autónomos-Proteção à família e políticas de emprego</b>	<b>414 998,00</b>	<b>3,84</b>	<b>272 328,86</b>	<b>2,18</b>	<b>-142 669,14</b>	<b>65,62</b>
<b>Total</b>	<b>10 799 704,00</b>	<b>100,00</b>	<b>12 473 667,27</b>	<b>100,00</b>	<b>1 673 963,27</b>	<b>115,50</b>

A receita cobrada proveniente do Orçamento do Estado, à exceção das rubricas, «OE – Participação variável do IRS» e «OE – Outras» onde foram arrecadadas as verbas destinadas a acomodar o quadro de transferência de competências para as autarquias locais, cuja execução foi superior à inicialmente prevista, as restantes têm execução orçamental inferior ao previsto devido à redução das transferências provenientes do Orçamento do Estado. De referir que o OE de 2022, em relação ao OE de 2021, reduziu de forma considerável as verbas destinadas ao Município de Valpaços na ordem dos 7,76% (- 965.084,00 euros). Atendendo a que as verbas inicialmente previstas levaram em consideração os montantes constantes no OE em vigor (Ano 2021), conforme regra previsional prevista no ponto 3.3.1. do POCAL (Não revogado pelo SNC-AP), notamos os evidentes desvios, pela negativa, na arrecadação das verbas oriundas do Orçamento do Estado. O FEF representa 76,53% (88,81% em 2021) das receitas cobradas neste capítulo.

O FSM (Previsto no artigo 30º do RFALEI) resulta do valor correspondente às despesas relativas às atribuições e competências transferidas da Administração Central para os municípios. São despesas elegíveis para financiamento através do FSM, as inerentes ao exercício das competências no âmbito da educação, ou seja, as despesas enquadráveis nas alíneas a), b) e c) do artigo 30º do RFALEI, no que diz respeito exclusivamente a:

- Educação pré-escolar pública e 1º ciclo do ensino básico público;
- Terceiro (3.º) ciclo do ensino básico – Apenas as despesas com transportes escolares, conforme o previsto no n.º 3 do artigo 9º do Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de julho, faculdade atribuída pelo n.º 4 do art.º 77.º da Lei n.º 144/2017, de 29 de dezembro (OE2018).

Com base no princípio dos deveres de informação estatuidos no artigo 50º do RFALEI, informa este município trimestralmente a DGAL (Através da aplicação SIAL) e a CCDRN (com periodicidade semestral), das despesas elegíveis para a atribuição e justificação deste fundo.

O IRS representa uma participação no rendimento cobrado nas diferentes categorias deste imposto na circunscrição territorial do nosso município, cujo cabeça de casal tenha morada fiscal no concelho; caso contrário, embora os rendimentos sejam auferidos no concelho, se o cabeça de casal dispuser a residência fiscal fora do concelho, a verba não será atribuída ao município de Valpaços. Acrescerá referir que o Município de Valpaços aplica a taxa de 5%, como lhe permite o n.º 1 do artigo 26º do RFALEI. Em sessão ordinária da Digníssima Assembleia Municipal realizada a 16 de setembro de 2022, deliberou aquele órgão, fixar a taxa variável de IRS em 5% (Cobrança em 2024).

O orçamento de Estado é de entre as rubricas das transferências correntes aquele que mais contribui para a arrecadação da receita corrente.

O desvio negativo de maior amplitude verifica-se na rubrica «Serviços e fundos autónomos – Subsistemas de proteção à família e políticas ativas de emprego e formação profissional», em que o município arrecadou menos 142.669,14 euros face aos valores inicialmente previstos, nomeadamente ao nível das verbas provenientes da DGEST, IEFP e da DGAL (Programa de estágios profissionais).

Fruto da descentralização administrativa nas áreas setoriais da Educação (Com efeitos a 1 de abril de 2022) e da Ação Social (Com efeitos a 1 de maio de 2022), foram arrecadados 1.568.365,35 euros advindos do pacote financeiro afeto à descentralização (FFD – Fundo de Financiamento da Descentralização). Com a arrecadação destas verbas, prosseguiu o Município com as atribuições e competências que lhe foram descentralizadas. De notar, e por falta de acordo, não assumiu o Município, no período de 2022, a área da Saúde. Ao invés das outras áreas descentralizadas, a Saúde só se concretizou com a outorga de um «Auto de Transferência», que viria a ser outorgado em 30 de janeiro de 2023 (Com efeitos a 1 de março do ano de 2023).

Quadro X

Venda de Bens e Serviços

Designação	Orçamento Inicial		Receita Cobrada Líquida		Desvio	Taxa de execução
	Valor	%	Valor	%	Valor	
<b>Venda de Bens e Serviços</b>	<b>1 230 822,00</b>	<b>100,00</b>	<b>1 361 707,38</b>	<b>100,00</b>	<b>130 885,38</b>	<b>110,63</b>
<b>Venda de Bens:</b>	<b>463 102,00</b>	<b>37,63</b>	<b>491 075,69</b>	<b>36,06</b>	<b>27 973,69</b>	<b>106,04</b>
Livros e documentação técnica	600,00	0,05	564,90	0,04	-35,10	94,15
Publicações e impressos	50,00	0,00	141,80	0,01	91,80	283,60
Bens inutilizados	1,00	0,00	0,00	0,00	-1,00	0,00
Produtos Acabados e Intermédios	462 450,00	37,57	490 368,99	36,01	27 918,99	106,04
Outros	1,00	0,00	0,00	0,00	-1,00	0,00
<b>Serviços:</b>	<b>325 283,00</b>	<b>26,43</b>	<b>409 798,46</b>	<b>30,09</b>	<b>84 515,46</b>	<b>125,98</b>
Aluguer de espaços e equipamentos	1 000,00	0,08	2 450,00	0,18	1 450,00	245,00
Vistorias e ensaios	1,00	0,00	0,00	0,00	-1,00	0,00
Reparações	1,00	0,00	0,00	0,00	-1,00	0,00
Ser. Soc. Rec. Cul. Desporto	45 711,00	3,71	91 866,73	6,75	46 155,73	200,97
Resíduos sólidos	220 919,00	17,95	225 335,07	16,55	4 416,07	102,00
Transp. Colect. Pessoas	25 001,00	2,03	27 050,42	1,99	2 049,42	108,20
Trabalhos por conta de particulares	16 500,00	1,34	37 065,97	2,72	20 565,97	224,64
Cemitérios	16 000,00	1,30	23 524,03	1,73	7 524,03	147,03
Outros	150,00	0,01	2 506,24	0,18	2 356,24	1 670,83
<b>Rendas:</b>	<b>442 437,00</b>	<b>35,95</b>	<b>460 833,23</b>	<b>33,84</b>	<b>18 396,23</b>	<b>104,16</b>
Habitações-Social	12 400,00	1,01	11 648,75	0,86	-751,25	93,94
Edifícios	10 200,00	0,83	17 054,36	1,25	6 854,36	167,20
Outras-Contadores água	419 837,00	34,11	432 130,12	31,73	12 293,12	102,93

Com a venda de bens e serviços arrecadou a Câmara Municipal 1.361.707,38 euros (1.257.019,10 euros em 2021) dos 1.230.822 euros (1.249.074 euros em 2021) que se propôs a arrecadar inicialmente, revelando uma taxa de execução de 110,63% (100,64% em 2021) em relação às dotações iniciais.

O maior encaixe financeiro proveniente deste capítulo revela-se nas receitas da venda de produtos acabados e intermédios [Venda de água] 490.368,99 euros (461.427,86 euros em 2021), seguida da tarifa de disponibilidade 432.130,12 euros (422.363,89 euros em 2021) e da tarifa de resíduos sólidos 225.335,07 euros (221.033,96 euros em 2021).

A faturação dos serviços de água foi superior à registada na gerência de 2021, atendendo ao término das isenções e descontos que foram promovidos pela Câmara Municipal no âmbito das medidas mitigadoras de apoio às famílias e agentes económicos que mais efeitos adversos sofreram com a pandemia Covid-19.

2.2.3 – Execução Orçamental da Receita de Capital

Quadro XI

Execução Orçamental da Receita de Capital

Designação	Orçamento Inicial		Receita Cobrada Líquida		Desvio Valor	Taxa de execução
	Valor	%	Valor	%		
<b>Receitas de Capital</b>	<b>4 134 868,00</b>	<b>100,00</b>	<b>3 587 199,98</b>	<b>100,00</b>	<b>-547 668,02</b>	<b>86,75</b>
09 Vendas Bens Investimentos	53 875,00	1,30	29 547,17	0,82	-24 327,83	54,84
10 Transferências de Capital	4 068 353,00	98,39	3 550 499,72	98,98	-517 853,28	87,27
11 Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12 Passivos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13 Outras Receitas de Capital	12 640,00	0,31	7 153,09	0,20	-5 486,91	56,59

Do quadro acima pode-se observar que entre a receita de capital prevista e a que foi efetivamente executada, há um desvio negativo de 547.668,02 euros (1.364.377,20 euros positivos em 2021) e apresenta um grau de execução de 86,75% (133,21% em 2021) do valor inicialmente previsto.

De notar que na Venda de Bens de Investimento, encontra-se refletiva, entre outros, a alienação de lotes da zona industrial de Valpaços. O capítulo das Transferências de Capital teve uma execução abaixo do inicialmente previsto, influenciada, sobretudo, pela não arrecadação dos montantes inicialmente previstos no âmbito do OE de 2022, nomeadamente na verba advinda do «n.º 3 do art.º 35º da Lei n.º 73/2013», onde se verificou um desvio de 795.750,00 euros, entre as verbas arrecadas na gerência de 2021 (1.087.545,00 euros), para a gerência de 2022 (291.795,00 euros).

Quadro XII

Transferências de Capital

Designação	Orçamento Inicial		Receita Cobrada Líquida		Desvio Valor	Taxa de execução
	Valor	%	Valor	%		
Sociedades e quase-sociedades n. financ.	71 346,00	1,75	71 345,41	2,01	-0,59	100,00
Administração Central	2 153 955,00	52,94	1 352 497,00	38,09	-801 458,00	62,79
Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundos Comunitários	1 843 052,00	45,30	2 126 657,31	59,90	283 605,31	115,39
<b>Total</b>	<b>4 068 353,00</b>	<b>100,00</b>	<b>3 550 499,72</b>	<b>100,00</b>	<b>-517 853,28</b>	<b>87,27</b>

*Handwritten signature*

Da análise ao quadro das Transferências de Capital, deparamo-nos com um grau de execução de 87,27% (88,98% em 2021), face aos valores inicialmente previstos. As receitas arrecadadas provenientes de fundos comunitários e contratos-programa foram as seguintes:

*Handwritten initials and signature*

Quadro XIII

FUNDOS COMUNITÁRIOS RECEBIDOS NO ANO DE 2022

FUNDOS COMUNITÁRIOS RECEBIDOS	Valor
Escola Secundária de Valpaços	33 838,63
Construção de Percurso Ciclável e Pedonal em Carrzedo de Montenegro	263 303,75
Construção de percurso Ciclável e Pedonal na cidade de Valpaços-Colmatação-2ª Fase	570 767,84
Criação da zona industrial de Carrzedo de Montenegro	497 884,45
Valorização do Troço do Caminho Este de Santiago em Portugal entre Mirandela e Valpaços	44 586,11
Centro Municipal de Proteção Civil de Valpaços	80 764,28
Construção de percurso Ciclável e Pedonal na cidade de Valpaços - Colmatação	67 040,27
Ribeira da Fraga	30 041,05
Praia Fluvial do Rio Torto	90 883,36
Parque de Lazer da Ribeira da Levandeira	32 829,89
Remodelação do pavilhão da escola Professor Ribeirinha Machado	124 233,54
Remodelação do Pavilhão da Escola EB 2/3 Júlio do Carvalhal	38 866,11
Remodelação do Pavilhão da Escola EB 2,3 José dos Anjos	189 157,43
Centro Escolar de Valpaços	34 374,82
Valpaços Digital - Promoção das TIC na administração e serviços públicos	2 720,34
Melhorar o acesso às TIC bem como a utilização com qualidade	2 541,67
Capacitação e modernização das administrações e dos serviços públicos.	14 414,40
Projeto Castanha/SP1.E9/02 - Pavilhão	4 478,65
Requalificação do Pavilhão Desportivo EB José dos Anjos Carrzedo de Montenegro	3 930,72
<b>TOTAL</b>	<b>2 126 657,31</b>

Do orçamento de Estado recebeu-se 1.352.497 euros, sendo 808.729 euros (1.066.408 euros em 2021), sob a forma de transferência de capital (FEF Capital), representando 22,78% (29,17% em 2021) das transferências de capital arrecadada e 543.738 euros referentes à variação da participação do município nos impostos do estado – art.º 35º da Lei n.º 73/2013. As verbas provenientes de fundos comunitários (QREN) cifraram-se em 2.126.657,31 euros (1.359.010,80 euros em 2021), valor que ficou acima do montante arrecadado na gerência anterior.

A verba contabilizada na rubrica «Sociedades e quase-sociedades não financeiras» adveio da «Iberdrola», no âmbito das contrapartidas negociadas com os municípios da CIM-ATB e destinou-se ao financiamento da empreitada de «Construção de um muro de suporte ao longo da EM 551».

2.2.4 – Evolução orçamental da receita

Quadro XIV

Execução orçamental da receita (2020-2022)

Descrição	2020	2021	2022	Variação Triénio
<b>Receitas Correntes</b>	<b>15 884 620,32</b>	<b>15 748 943,38</b>	<b>18 896 658,72</b>	<b>3 012 038,40</b>
Impostos diretos	1 892 284,52	1 805 448,02	2 008 390,16	116 105,64
Impostos indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas, multas e outras penalidades	500 787,16	493 252,51	1 442 609,05	941 821,89
Rendimentos de propriedade	1 782 321,02	1 100 218,84	1 349 352,96	-432 968,06
Transferências correntes	10 076 539,64	10 806 538,01	12 473 667,27	2 397 127,63
Venda de bens e serviços	1 242 489,81	1 257 019,10	1 361 707,38	119 217,57
Outras receitas correntes	390 198,17	286 466,90	260 931,90	-129 266,27
<b>Receitas de Capital</b>	<b>3 973 681,15</b>	<b>5 473 002,20</b>	<b>3 587 199,98</b>	<b>-386 481,17</b>
Venda de bens de investimento	2 000,00	1 815 666,90	29 547,17	27 547,17
Transferências de capital	3 378 378,40	3 655 654,63	3 550 499,72	172 121,32
Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos financeiros	569 125,06	0,00	0,00	-569 125,06
Outras receitas de capital	24 177,69	1 680,67	7 153,09	-17 024,60
Outras receitas	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total de Receitas</b>	<b>19 858 301,47</b>	<b>21 221 945,58</b>	<b>22 483 858,70</b>	<b>2 625 557,23</b>

Pela análise do quadro supra, verifica-se um aumento na receita na ordem dos 2.625.557,23 euros no triénio. Ao nível da receita fiscal (Impostos diretos e indiretos), no triénio a receita aumenta 116.105,64 euros, influenciados pelo acréscimo da receita de IMT e IUC.

Todavia, como disso já se deu a devida nota, a arrecadação dos impostos diretos em 2021, foi inferior à verificada no período de 2020.

Dar nota que no período de 2022 e em resultado da descentralização administrativa de competências (como já se deu nota), foram arrecadados 1.568.365,35 euros. Assim sendo, e desconsiderando esta verba, o aumento da receita no triénio ficou-se pelos 1.057.191,88 euros, o equivalente a cerca 5%.

A arrecadação dos rendimentos de propriedade (1.349.352,96 euros) está fortemente dependente da exploração dos recursos naturais por parte da EHATB e do empreendimento hidroelétrico do Rio Alvadia (gerido maioritariamente pelo Município de Ribeira de Pena), bem como das rendas de concessão – E-Redes. No triénio, a variação é negativa em 432.968,06 euros.

Nesta variação negativa destacamos a redução no recebimento de dividendos das sociedades participadas. No ano 2020 foram arrecadados 862.679,92 euros e em 2022 o valor de 267.888,92 euros (Variação negativa de 594.791,01 euros). Do empreendimento hidroelétrico do rio Alvadia (Administrado pelo Município de Ribeira de Pena), foram arrecadados menos 39.994,06 euros em 2022 face a 2020. Ao inverso, a renda de concessão teve um incremento de 172.928,76 euros.



*Sevilha*  
*[Handwritten signature]*

De notar que na rubrica de «Venda de bens de investimento», no ano 2021 foram alienados à «Águas do Norte» um conjunto de infraestruturas valoradas em 1.695.244,45 euros. A venda destes equipamentos foi precedida de autorização dos órgãos municipais.

Na rubrica de «Passivos financeiros», de referir que na gerência de 2019 foi contratualizado um financiamento bancário com o banco BPI no montante de 1.381.611,68 euros. No período de 2020, e atendendo à execução dos projetos de investimento financiados pelo empréstimo bancário, foram solicitadas tranches no montante global de 569.125,06 euros. Nos períodos posteriores (2021 e 2022) não fez o município uso de receita creditícia.

Quadro XV

Passivos Financeiros

Finalidade	Entidade	Utilização em 2019 (€)	Utilização em 2020 (€)	Montante Total €
Investimentos Municipais	BPI	812 486,62	569 125,06	1 381 611,68

Dá-se igualmente nota que não se registou nenhuma venda de participações sociais que o município detém em sociedades comerciais, ligadas à produção de energia elétrica proveniente de fontes renováveis.

### 2.3 – Execução Orçamental da Despesa

Neste ponto, efetuar-se-á a análise da despesa paga na gerência, sob o ponto de vista da classificação económica. Após uma breve referência aos valores orçamentados e sua comparação com os valores executados, o que permitirá aferir o nível de realização das despesas e apurar os eventuais desvios, será dado destaque às despesas afetas às Grandes Opções do Plano e em especial às executadas no âmbito do Plano Plurianual de Investimentos (PPI), permitindo avaliar a sua execução e o alcance dos objetivos previstos naquele documento.

Na análise da execução orçamental, será feita a comparação entre despesa prevista (orçamento inicial) e despesa paga (executada).

Quadro XVI

Execução Orçamental da Despesa

Designação	Orçamento Inicial		Executado		Desvio	Taxa de execução
	Valor	%	Valor	%	Valor	
<b>Despesas Correntes</b>	<b>14 071 031,00</b>	<b>71,34</b>	<b>14 805 466,79</b>	<b>75,07</b>	<b>734 435,79</b>	<b>105,22</b>
01 Despesas com Pessoal	6 873 438,00	34,85	7 457 025,38	37,81	583 587,38	108,49
02 Aquisição de Bens e Serviços	5 041 266,00	25,56	4 909 033,60	24,89	-132 232,40	97,38
03 Juros e Outros Encargos	34 788,00	0,18	33 583,87	0,17	-1 204,13	96,54
04 Transferências Correntes	1 978 052,00	10,03	2 246 669,73	11,39	268 617,73	113,58
05 Subsídios	40,00	0,00	0,00	0,00	-40,00	0,00
06 Outras Despesas Correntes	143 447,00	0,73	159 154,21	0,81	15 707,21	110,95
<b>Despesas de Capital</b>	<b>5 652 354,00</b>	<b>28,66</b>	<b>8 658 719,83</b>	<b>43,90</b>	<b>3 006 365,83</b>	<b>153,19</b>
07 Aquisição de Bens de Capital	4 729 728,00	23,98	7 208 625,11	36,55	2 478 897,11	152,41
08 Transferências de Capital	435 040,00	2,21	963 655,05	4,89	528 615,05	221,51
09 Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10 Passivos Financeiros	487 566,00	2,47	486 439,67	2,47	-1 126,33	99,77
11 Outras despesas de capital	20,00	0,00	0,00	0,00	-20,00	0,00
<b>Total</b>	<b>19 723 385,00</b>	<b>100,00</b>	<b>23 464 186,62</b>	<b>118,97</b>	<b>3 740 801,62</b>	<b>118,97</b>

No âmbito das despesas correntes, com exceção da rubrica «Aquisição de bens e serviços», «Juros e outros encargos» e «Subsídios», as demais tiveram uma execução que se revelou superior aos valores que inicialmente foram propostos. Ao nível das despesas de capital, o maior desvio pela positiva, pode ser observado na rubrica de aquisição de bens de capital onde o investimento concretizado ficou acima em cerca de 52,41%, do montante inicialmente previsto. Através de uma análise mais detalhada ao mapa de controlo orçamental da despesa (anexo a este relatório), verifica-se que foram assumidos na gerência compromissos, correntes e de capital, no valor de 26.252.402,33 euros (22.828.409,06 euros em 2021), ficando por pagar 2.788.215,71 euros (3.740.908,75 euros em 2021), ou seja 10,62% do total dos compromissos assumidos.

Anote-se que o não pagamento dos compromissos assumidos não se deve há falta de disponibilidade financeira ou de fundos disponíveis, mas sim à execução física dos projetos. Princípio esse, bem vincado pelo saldo de gerência que transita para 2023 (5.149.107,21 euros).

Efetivamente, verificaram-se alterações nos cronogramas de execução de empreitadas na sua generalidade, fruto de pedidos formulados pelos operadores económicos, em resultado de dificuldades na obtenção de matérias-primas e limitações na mão-de-obra derivado de isolamentos profiláticos (Covid-19) e do conflito bélico entre a Ucrânia e a Federação Russa.

Dar nota, e no tocante às verbas despendidas com a despesa com o pessoal e com as transferências correntes (Ambas com desvios face ao montante inicialmente delineado), que fruto da descentralização administrativa da área setorial da Educação, promoveu-se a um notório

incremento com as despesas com o pessoal (Foram transferidos do Ministério da Educação para os quadros da autarquia, 83 funcionários, nas categorias de assistente técnico e de assistente operacional). Na área setorial da Ação Social, e fruto do protocolo outorgado com a Casa do Povo de Vilarandelo, notou-se um incremento nos montantes das transferências correntes.

As «Transferências de Capital» pagas (963.655,05 euros), superaram o montante inicialmente previsto (435.040 euros). Aqui encontram-se refletidas sobretudo, as transferências efetuadas para as Juntas de Freguesia (451.294,16 euros) e para as Instituições sem Fins Lucrativos (501.554.78 euros).

Face às dotações iniciais, as Junta de Freguesia viram um incremento às dotações orçamentais no montante 302.046,00 euros, tendentes ao financiamento de despesas de investimento. Nas verbas destinadas às Instituições sem fins lucrativos, no âmbito da aquisição de ativos fixos tangíveis, promoveu-se a um aumentou 273.500,00 euros à dotação inicialmente prevista.

### 2.3.1 – Comparação com a execução de anos anteriores

A despesa apresenta a seguinte variação no triénio:

Quadro XVII

**Execução orçamental das despesas (2020-2022)**

Designação	Executado 2020	Executado 2021	Executado 2022	Varição Triénio
Despesas com Pessoal	5 775 197,51	6 022 891,55	7 457 025,38	1 681 827,87
Aquisição de Bens e Serviços	3 999 244,90	4 328 167,03	4 909 033,60	909 788,70
Juros e Outros Encargos	45 952,68	39 623,03	33 583,87	-12 368,81
Transferências Correntes	1 714 130,19	1 773 905,49	2 246 669,73	532 539,54
Subsídios	104 090,00	90 340,00	0,00	-104 090,00
Outras Despesas Correntes	232 987,29	439 290,41	159 154,21	-73 833,08
<b>Total das Despesas Correntes</b>	<b>11 871 602,57</b>	<b>12 694 217,51</b>	<b>14 805 466,79</b>	<b>2 933 864,22</b>
Aquisição de Bens de Investimento	3 924 072,58	4 873 156,95	7 208 625,11	3 284 552,53
Transferências de Capital	963 517,11	961 347,20	963 655,05	137,94
Ativos Financeiros	28 956,50	0,00	0,00	-28 956,50
Passivos Financeiros	590 772,99	558 778,65	486 439,67	-104 333,32
Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total das Despesas de capital</b>	<b>5 507 319,18</b>	<b>6 393 282,80</b>	<b>8 658 719,83</b>	<b>3 151 400,65</b>
<b>Total das Despesas</b>	<b>17 378 921,75</b>	<b>19 087 500,31</b>	<b>23 464 186,62</b>	<b>6 085 264,87</b>

Da análise do quadro supra, verifica-se um aumento na despesa no triénio de 6.085.264,87 euros (1.998.554,54 euros no triénio 2019 vs 2021).

A execução da despesa corrente registou um acréscimo de 24,71%, assim como a despesa de capital que registou um aumento de 57,22%. O evidente aumento nas despesas correntes, resulta na sua grande maioria do processo de descentralização de competências da Administração Central para a Local. Referir ainda, o contributo da taxa da inflação no aumento da despesa. Vivemos tempos em que o preço da generalidade dos produtos subiu, desfraldando as melhores previsões orçamentais.

Fazemos notar que no período de 2020 e 2021, o município procedeu ao pagamento de «Subsídios correntes» no montante de 104.090 euros e 90.340 euros, respetivamente. Estes pagamentos resultam da aprovação de dois Fundos Municipais de Apoio às Microempresas no âmbito das medidas mitigadoras de combate à Covid-19, promovidos pelos órgãos autárquicos.

Como anteriormente já se fez referência, o aumento da receita no triénio (2.625.557,23 euros) foi manifestamente inferior à variação da despesa (6.085264,87 euros) em período homólogo, valendo a utilização do saldo da gerência.

Passaremos em seguida a analisar a estrutura da despesa.

### 2.3.2 – Execução da Despesa Corrente

#### Despesas com o pessoal

#### Quadro XVIII

#### Despesas com o Pessoal

Designação	Orçamento Inicial		Executado		Desvio Valor	Taxa de execução
	Valor	%	Valor	%		
<b>01 Despesas com Pessoal</b>	<b>6 873 438,00</b>	<b>100,00</b>	<b>7 457 025,38</b>	<b>100,00</b>	<b>583 587,38</b>	<b>108,49</b>
Titulares de órgãos autárquicos	134 689,00	1,96	157 204,49	2,11	22 515,49	116,72
Pessoal dos quadros - RCIT	2 684 222,00	39,05	3 137 636,48	42,08	453 414,48	116,89
Pessoal com contrato a termo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Regime de tarefa e avença	1 735 642,00	25,25	1 694 172,56	22,72	-41 469,44	97,61
Pessoal aguardando aposentação	5 000,00	0,07	2 686,86	0,04	-2 313,14	53,74
Pessoal em qualquer outra situação	81 783,00	1,19	50 063,42	0,67	-31 719,58	61,21
Representação	54 708,00	0,80	55 212,90	0,74	504,90	100,92
Subsídio de refeição	245 775,00	3,58	280 211,17	3,76	34 436,17	114,01
Subsídio de férias e de Natal	483 449,00	7,03	579 786,53	7,78	96 337,53	119,93
Horas extraordinárias	94 500,00	1,37	125 744,83	1,69	31 244,83	133,06
Ajudas de custo	4 428,00	0,06	2 187,20	0,03	-2 240,80	49,39
Abono para falhas	15 511,00	0,23	17 622,67	0,24	2 111,67	113,61
Indemnização cessação funções	1 000,00	0,01	0,00	0,00	-1 000,00	0,00
Outros suplementos e prémios	28 517,00	0,41	26 966,35	0,36	-1 550,65	94,56
Encargos com a saúde	160 000,00	2,33	143 066,54	1,92	-16 933,46	89,42

## RELATÓRIO DE ATIVIDADES & CONTAS – 2022

*Handwritten signature and initials in blue ink.*

Outros encargos com a saúde	96 500,00	1,40	93 102,25	1,25	-3 397,75	96,48
Subsídio familiar a crianças jovens	29 750,00	0,43	13 342,06	0,18	-16 407,94	44,85
Assistência na doença (ADSE)	500,00	0,01	0,00	0,00	-500,00	0,00
Caixa Geral Aposentações	407 346,00	5,93	508 816,39	6,82	101 470,39	124,91
Segurança Social	571 438,00	8,31	527 197,90	7,07	-44 240,10	92,26
Seguros de acidentes de trabalho	38 180,00	0,56	40 675,18	0,55	2 495,18	106,54
Outras despesas de seg. social	500,00	0,01	1 329,60	0,02	829,60	265,92

O valor total executado no período em análise foi de 7.457.025,38 euros (6.022.891,55 euros em 2021), distribuído pelas diferentes rubricas que acima se decompõem.

As despesas com o pessoal absorvem 39,46% (38,24% em 2021) do total da receita corrente cobrada líquida, e são responsáveis pelo consumo de 26,06% (23,88% em 2021) da receita total cobrada.

Cortejando os montantes executados em anos anteriores temos:

### Quadro XIX

#### Despesas com o Pessoal

	Ano		
	2020	2021	2022
<b>Valor</b>	5 775 197,51	6 022 891,55	7 457 025,38

### Gráfico III



No triénio, as despesas com o pessoal aumentaram 29,12% (1.681.827,87 euros).

Neste agrupamento, consideram-se todas as espécies de remunerações principais, de abonos acessórios e de compensações que necessariamente requeiram processamento nominalmente individualizado e que de forma transitória ou permanente, sejam satisfeitos pela autarquia, tanto aos seus funcionários ou agentes como aos indivíduos que, embora não tenham essa qualidade, prestem, contudo, serviços à autarquia nos estritos termos de contratos a termo, em regime de tarefa ou de avença.

De notar que com a entrada em vigor do processo de descentralização, o Município assumiu a gestão do Agrupamento de Escolas de Valpaços, onde se inclui o pessoal não docente. Nesse seguimento, 83 trabalhadores do Agrupamento de Escolas de Valpaços afetos ao Ministério da Educação, passaram a integrar o quadro de pessoal do Município. Já no decurso do período orçamental de 2022, infortunadamente veio a ocorrer o óbito de um trabalhador que havia transitado do Ministério da Educação para o Município; a aposentação de outro trabalhador; e uma funcionária que se encontrava em mobilidade, consolidou o seu vínculo laboral noutra entidade pública, pelo que o número foi reduzido para 80 funcionários (transferidos para o Município, provenientes da área da Educação, no âmbito do processo da descentralização administrativa). De notar ainda, e ao que tece à despesa a incorrer com as remunerações que são devidas aos trabalhadores em funções públicas, dois desses 80 trabalhadores encontram-se em regime de mobilidade e um terceiro ao abrigo de uma licença sem vencimento, reduzindo, assim, a despesa correspondente ao pessoal proveniente da descentralização da área setorial da Educação, dos 83 inicialmente descentralizados e integrados no pessoal do quadro do Município, para os atuais 77, distribuídos nas categorias profissionais de assistente técnico e assistente operacional.

Atendendo a que a assunção da competência por parte do Município de Valpaços, na área setorial da Educação ocorreu em abril de 2022 resultou no conseqüente incremento da despesa face ao ano transato (2021).

Compreende-se também, no âmbito deste agrupamento, as despesas que a autarquia, como entidade patronal, suporta com o esquema social e de saúde dos seus funcionários. Anote-se que as despesas de saúde, vulgo ADSE, são na íntegra suportadas pelo município. De referir, que as despesas de saúde incorridas com o pessoal advindo da descentralização, continuam a ser suportadas pela Administração Central. O Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na sua versão inicial previa essa situação no n.º 5 do art.º 54º e com a versão introduzida pelo Decreto-Lei n.º

*Anilaz*

16/2023, de 27 de fevereiro, tal disposição passou a estar vinculada no n.º 13 do art.º 43º. A não ser assim, o encargo a suportar com as despesas com o pessoal, seria certamente maior.

Por forma a dar cumprimento ao artigo 78º do RFALEI, informa mensalmente o município a DGAL, do montante das despesas pagas ao pessoal, incluindo contratos de avença, de tarefa e de aquisição de serviços com pessoas singulares, comparando com as realizadas em período homólogo do ano anterior.

Em matéria de despesas com o pessoal, o município de Valpaços em 2022, aumentou a despesa com o pessoal em 1.434.133,83 euros em relação à execução de 2021 e em 1.662.580,19 no triénio (2020 vs 2022).

De referir que, e nos termos do art.º 11º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho (Diploma que aprovou um conjunto de medidas adicionais de consolidação orçamental que visam reforçar e acelerar a redução de défice excessivo e o controlo do crescimento da dívida pública previstos no Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC)), foi promovida uma redução a título excecional de 5% no vencimento dos titulares de cargos políticos, situação que prevalece nos dias de hoje.

Quadro XX

**Comparativo da execução da despesa paga com o pessoal em 2020, 2021 e 2022**

Designação	Executado 2020	Executado 2021	Executado 2022	Varição Triénio	Varição 2021-2022
<b>01 Despesas com Pessoal</b>	<b>5 775 197,51</b>	<b>6 022 891,55</b>	<b>7 457 025,38</b>	<b>1 662 580,19</b>	<b>1 431 887,55</b>
Titulares de órgãos autárquicos	155 159,46	152 038,56	157 204,49	2 045,03	5 165,93
Pessoal dos quadros - RCIT	2 427 197,03	2 549 079,45	3 137 636,48	710 439,45	588 557,03
Pessoal Regime de tarefa e avença	1 145 403,34	1 211 085,16	1 694 172,56	548 769,22	483 087,40
Pessoal aguardando aposentação	608,96	2 925,06	2 686,86	2 077,90	-238,20
Pessoal em qualquer outra situação	75 272,15	70 742,23	50 063,42	-25 208,73	-20 678,81
Representação	51 581,32	53 562,60	55 212,90	3 631,58	1 650,30
Subsídio de refeição	240 450,93	233 906,49	280 211,17	39 760,24	46 304,68
Subsídio de férias e de Natal	425 217,48	460 815,32	579 786,53	154 569,05	118 971,21
Horas extraordinárias	88 301,42	93 880,19	125 744,83	37 443,41	31 864,64
Ajudas de custo	1 664,73	1 014,40	2 187,20	522,47	1 172,80
Abono para falhas	17 219,30	17 005,09	17 622,67	403,37	617,58
Outros suplementos e prémios	20 219,95	33 066,25	26 966,35	6 746,40	-6 099,90
Encargos com a saúde	142 279,01	128 590,27	143 066,54	787,53	14 476,27
Outros encargos com a saúde	89 574,98	91 371,20	93 102,25	3 527,27	1 731,05
Subsídio familiar a crianças jovens	16 511,77	11 139,32	13 342,06	-3 169,71	2 202,74
Caixa Geral Aposentações	455 846,53	421 152,10	508 816,39	52 969,86	87 664,29
Segurança Social	407 730,73	478 805,72	527 197,90	119 467,17	48 392,18
Seguros de acidentes de trabalho	14 958,42	12 712,14	40 675,18	6 469,08	25 716,76
Outras despesas de seg. social	0,00	0,00	1 329,60	1 329,60	1 329,60

No triénio, a despesa com o pessoal teve uma variação positiva de 1.662.580,19 euros, influenciada sobretudo, pelo aumento das remunerações; em resultado do aumento do n.º de

trabalhadores em funções públicas (Ano 2021 – 224/ Ano 2022 - 295), assim como os contratos em regime de tarefa e avença.

**Aquisição de Bens e Serviços Correntes**

Quadro XXI

**Aquisição de Bens e Serviços Correntes**

Designação	Orçamento Inicial		Executado		Desvio Valor	Taxa de execução
	Valor	%	Valor	%		
<b>Aquisição de Bens e Serviços</b>	<b>5 041 266,00</b>	<b>100,00</b>	<b>4 909 033,60</b>	<b>100,00</b>	<b>-132 232,40</b>	<b>97,38</b>
Aquisição de Bens	1 345 063,00	26,68	1 714 019,94	34,92	368 956,94	127,43
Aquisição de Serviços	3 696 203,00	73,32	3 195 013,66	65,08	-501 189,34	86,44

Verifica-se que a rubrica de aquisição de bens representa 34,92% (32,57% em 2021) e a aquisição de serviços 65,08% (67,43% em 2021) do total do valor pago para o capítulo da aquisição de bens e serviços.

Neste capítulo, o desvio entre a despesa executada e a prevista no orçamento inicial é de 2,62%, fortemente condicionada pela derivação de 501 189,34 euros verificada na rubrica «Aquisição de Serviços».

Efetivamente, tal como em 2021, o início do ano 2022 continuou a ser atípico em resultado das condicionantes provocadas pela crise sanitária e económico/financeira que a Covid-19 tem provocado, nomeadamente com o encerramento do parque escolar (de 22 de janeiro a 12 de março) e consequente redução às necessidades de transportes escolares, fornecimento de refeições, energia, ...

De realçar que ao nível dos encargos incorridos com o fornecimento de energia elétrica, e por ter sido contestada a faturação da Endesa e respetiva devolução de faturas (instalações e iluminação pública), assistimos a uma redução do volume de pagamento destes encargos no período de 2022 (Esta situação irá certamente ter repercussões no orçamento de 2023 quando a faturação objeto de devolução vier a ser corrigida por parte do operador económico). Veio igualmente a verificar-se uma diminuição do encargo incorrido com os transportes escolares em relação ao valor inicialmente delineado, como disso se deu nota anteriormente. No Tratamento de Efluentes, o valor pago (301.113,22 euros) foi inferior ao inicialmente previsto (402.000,00 euros).



*Auslany*  
*ck*  
*[Signature]*

### 2.3.3 – Execução da Despesa de Capital

Os quadros seguintes permitem observar a desagregação das despesas de Capital, indicando para as respectivas dotações orçamentais, o volume da despesa paga e respetiva taxa de execução.

Quadro XXII

Despesas de Capital

Designação	Orçamento Inicial		Executado		Desvio	Taxa de execução
	Valor	%	Valor	%	Valor	
<b>Despesas de Capital</b>	<b>5 652 354,00</b>	<b>100,00</b>	<b>8 658 719,83</b>	<b>100,00</b>	<b>3 006 365,83</b>	<b>153,19</b>
07 Aquisição de Bens de Investimento	4 729 728,00	83,68	7 208 625,11	83,25	2 478 897,11	152,41
08 Transferências de Capital	435 040,00	7,70	963 655,05	11,13	528 615,05	221,51
09 Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10 Passivos Financeiros	487 566,00	8,63	486 439,67	5,62	-1 126,33	99,77
11 Outras Despesas de capital	20,00	0,00	0,00	0,00	-20,00	0,00

As importâncias pagas a título de despesas de capital, totalizaram 8.658.719,83 euros (6.393.282,80 euros em 2021), representando em termos relativos 36,90% (33,49% em 2021) do total da despesa paga. O Investimento direto realizado pelo município, em relação às dotações iniciais apresenta uma taxa de execução de 152,41% (91,40% em 2021), as Transferências de Capital 221,51% (335,14% em 2021), os Ativos Financeiros 0% (0% em 2021), os Passivos Financeiros 99,77% (99,99% em 2021) e as outras despesas de capital com uma execução nula, face aos valores inicialmente previstos em orçamento.

Embora a aquisição de bens de investimento represente 30,72% (25,53% em 2021) em relação à totalidade das despesas pagas, fixaram-se em 83,25% (76,22% em 2021) das despesas de capital pagas no período.

Face à previsão inicial, realizaram-se a mais 3.006.365,83 euros do total das despesas de capital, ou seja, um acréscimo de 53,19% das intenções inicialmente previstas. O financiamento deste acréscimo ou investimento ficou a dever-se, essencialmente, ao recurso ao saldo da gerência do período transato.

Na gerência de 2022 foram concretizados (pagos) mais de 2.265.437 euros em relação à gerência de 2021. De chamar à colação, como anteriormente já se deu a devida nota, as dificuldades na execução das empreitadas contratualizadas, bem como a sua adjudicação (Concursos que foram lançados mais do que uma vez, em virtude de ausência de propostas), derivado sobretudo da extrema dificuldade na obtenção de matérias-primas e limitações na mão-de-obra e ao aumento generalizado dos preços em resultado, nomeadamente, do aumento da taxa de inflação e do conflito bélico entre a Ucrânia e a Federação Russa.

**2.3.3.1 – Principais componentes da Despesa de Capital**

O valor da aquisição de bens de investimento inicialmente previsto para o ano económico de 2022 totalizava 4.729.728 euros (5.331.503 euros em 2021). Em termos de utilização orçamental, os compromissos assumidos no período atingiram um volume de 9.101.505,88 euros (7.778.834,34 euros em 2021), em que a execução orçamental [pagamentos] se fixou nos 7.208.625,11 euros (4.873.156,95 euros em 2021), ficando por pagar 1.892.880,77 euros (2.905.677,39 euros em 2021) dos compromissos assumidos. Anote-se que, nem todos os compromissos estão faturados no término da gerência, estando, porém, os mesmos relevados em termos orçamentais (e não patrimoniais) como compromissos assumidos e não pagos.

Os pagamentos dos compromissos assumidos estão aliados à execução física das empreitadas, não resultando de falta de disponibilidade financeira. Cada compromisso assumido implica a emissão de um número de fundo disponível, reservando-se desta forma os recursos financeiros necessários para honrar com os pagamentos que se venham a efetivar no futuro próximo.

**2.3.3.2 - Fontes de Financiamento do Investimento**

Quadro XXIII

Fontes de Financiamento de Investimento

Designação	2018		2019		2020		2021		2022	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Empréstimos bancários	0,00	0,00	812 486,62	26,78	569 125,06	14,33	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	3 089 064,13	99,56	2 209 990,36	72,83	3 378 378,40	85,06	3 655 654,63	99,95	3 550 499,72	99,80
FEF	941 882,00	30,36	930 766,00	30,67	986 330,00	24,83	1 066 408,00	29,16	1 060 702,00	29,81
Variação participação IRS	0,00	0,00	705 769,00	0,00	947 722,00	0,00	1 087 545,00	0,00	291 795,00	8,20
Fundos Externos	2 147 182,13	69,21	573 455,36	18,90	1 444 326,40	36,37	1 501 701,63	41,06	2 198 002,72	61,78
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras receitas de capital	13 509,36	0,44	11 978,85	0,39	24 177,69	0,61	1 680,67	0,05	7 153,09	0,20
<b>Total</b>	<b>3 102 573,49</b>	<b>100,00</b>	<b>3 034 455,83</b>	<b>100,00</b>	<b>3 971 681,15</b>	<b>100,00</b>	<b>3 657 335,30</b>	<b>100,00</b>	<b>3 557 652,81</b>	<b>100,00</b>

O Investimento tem tido nos últimos anos diversas fontes de financiamento. Pela análise do quadro supra, constata-se que as transferências com origem no Orçamento do Estado (FEF de capital – 1.060.702 euros e Excedente Art.º 35º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013 – 291.795 euros) embora seja uma das principais fontes de financiamento do investimento (1.352.497 euros), no ano de 2022 esse valor foi ultrapassado pelos Fundos Externos com mais 845.505,72 euros; anote-se,

*Handwritten signature and initials in blue ink.*

porém, que o município canaliza poupança corrente (em 2022 as poupanças correntes foram de 4.181.184,56 euros) para a realização de despesas de investimento.

Assistimos a um aumento de 696.301,09 euros na componente Fundos Externos em relação ao ano 2021, em resultado da execução de projetos cofinanciados, nomeadamente as candidaturas ao Norte 2020.

Em outras receitas de capital foram arrecadados 7.153,09 euros, em resultado de revisões de preços (empreitadas) a favor do município.

De notar que no quinquénio, no ano 2019 e 2020, fez-se uso de capitais alheiros – Recurso à dívida (No ano 2019 foi contratualizado com o banco BPI um empréstimo bancário no montante de 1.381.611,68 euros, tendo o seu capital sido libertado nos anos 2019 e 2020, consoante a execução das empreitadas objeto de financiamento bancário).

As fontes de financiamento no período de 2022, para além do saldo da gerência anterior incorporado pela via de revisão orçamental no montante de 6.129.435,13 euros (3.994.989,86 euros em 2021), foram as seguintes:

**Quadro XXIV**

**Fontes de Financiamento**

<b>Designação</b>	<b>Ano 2020</b>	<b>Ano 2021</b>	<b>Ano 2022</b>	<b>Variação Triénio</b>
Receitas próprias (1)	5 417 882,51	4 655 938,47	6 162 059,55	744 177,04
OE - FEF (2)	11 501 644,90	12 443 656,10	13 046 936,86	1 545 291,96
Empréstimos	569 125,06	0,00	0,00	-569 125,06
Fundos externos (3)	1 444 326,40	1 501 701,63	2 198 002,72	753 676,32
Outras receitas	925 322,60	2 620 649,38	1 076 859,57	151 536,97
<b>Total receita cobrada líquida</b>	<b>19 858 301,47</b>	<b>21 221 945,58</b>	<b>22 483 858,70</b>	<b>2 625 557,23</b>

(1) Consideram-se receitas próprias as cobranças de impostos (Diretos e Indiretos), multas, taxas e outras penalidades, venda de bens e serviços e rendimentos de propriedade.

(2) Considera-se o FEF (Corrente e de Capital), a participação variável no IRS, participação no IVA, FSM e o art.º 35º da LFL.

(3) Fundos comunitários

Da análise do quadro supra, verifica-se que as receitas próprias têm um comportamento ascendente na ordem dos 744.177,04 euros (variação de -211.961,51 euros no triénio 2019 vs 2021).

O ano 2020 foi no quinquénio aquele que apresentou o maior valor ao nível das fontes de financiamento, fruto da arrecadação de receita creditícia.

As verbas provenientes do Orçamento do Estado tiveram uma variação no triénio de 1.545.291,96 euros. O FEF de capital teve uma redução de 0,54% face ao valor arrecadado em 2021.

O ano 2019 foi no quinquénio, aquele em que os recursos provenientes de fundos comunitários tiveram menor expressão.

No triénio a variação foi positiva em 2.625.557,23 euros.

### 2.3.3.3 - Transferências de Capital

Com as transferências de capital despendeu o Município 963.655,05 euros (961.347,20 euros em 2021), distribuídos essencialmente por transferências para as juntas de freguesias, conforme regulamento de apoio às freguesias, e para as instituições sem fins lucrativos, no âmbito das suas atribuições e competências.

As transferências financeiras refletidas neste agrupamento, destinam-se a financiar despesas de investimento das unidades receptoras.

#### Quadro XXV

##### Transferências de Capital Concedidas

Transferências concedidas	Dotações corrigidas	Execução orçamental
Sociedades e quase sociedades não financeiras		
Empresas públicas municipais e intermunicipais	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00
Administração central		
Serviços e fundos autónomos	0,00	0,00
Administração local		
Municípios	0,00	0,00
Freguesias	452 046,00	451 294,16
Associações de municípios	0,00	0,00
Instituições sem fins lucrativos		
Instituições sem fins lucrativos	523 500,00	501 554,78
Famílias		
Outras	20 000,00	10 806,11
<b>Total das transferências de capital</b>	<b>995 546,00</b>	<b>963 655,05</b>

A execução orçamental demonstra que os valores pagos ficaram aquém das dotações corrigidas em 31.890,95 euros, ou seja em 3,21%.

*Auiliam*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

### 2.3.3.4 - Amortização de Passivos Financeiros

No que se reporta aos Passivos Financeiros, estes representam 2,07% (8,74% em 2021) do total das Despesas de Capital pagas.

O montante contratualizado a 31 de dezembro de 2022 em empréstimos bancários é de 6.400.287,48 euros (7.397.883,27 euros em 2021), dos quais utilizou o município 6.391.049,80 euros (7.388.645,59 euros em 2021). Foram amortizados 482.062,76 euros (541.271,01 euros em 2021) e pagos 33.545,72 euros (39.396,90 euros em 2021) de juros [a taxa de juro aplicada pela banca é de aproximadamente de 1%, com exceção do PAEL que é de 2,47%]. Refira-se, e fruto do aumento da taxa Euribor, supõe-se que o serviço da dívida terá um impacto considerável na gerência de 2023.

O capital em dívida em 31/12/2022 é de 2.104.422,43 euros (2.586.485,19 euros em 2021), uma diminuição de 18,64% (541.271,01 euros) em relação ao capital em dívida no final do período de 2021.

De notar que em novembro de 2026, o empréstimo contratualizado com a DGTF no âmbito do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), fica totalmente amortizado. A partir dessa data (a manter-se a política de não contratualização de empréstimos), restará a amortização do empréstimo contratualizado com o Banco BPI no ano 2019, cujo término ocorrerá em junho de 2031.

Anote-se que o Município de Valpaços tem cumprido escrupulosamente os prazos e pagamentos das prestações devidas, não incorrendo em juros de mora, fruto de atrasos de pagamento à banca e à DGTF [Direção-Geral do Tesouro e Finanças].

De referir ainda, que o contrato de locação financeira (Leasing) contratualizado com a Caixa Leasing e Factoring (CLF) tendente ao financiamento de uma máquina retroescavadora, ressaltando o valor residual no valor de 1.743,11 euros pago em janeiro de 2022, as demais prestações foram integralmente pagas nos períodos de 2020 e 2021.

## 2.4 – Equilíbrio e Estabilidade Orçamental

O princípio do equilíbrio orçamental previsto no art.º 40º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, estabelece que a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

Ao analisar a execução orçamental de 2022, verifica-se que as receitas correntes não só cobriram todas as despesas correntes, como ainda financiaram 4.181.184,56 euros (4.155.739,28

euros em 2021) das despesas de capital, gerando-se assim uma poupança corrente – *Superavit corrente*.

Ao longo do triénio, verifica-se que em todas as gerências a poupança corrente foi superior a 2,4 milhões de euros. O ano 2020 foi aquele em que a poupança corrente teve menor expressão, contribuindo para uma diminuição no financiamento das despesas de investimento, atendendo a que as despesas correntes absorveram uma maior percentagem de receitas correntes.

Quadro XXVI

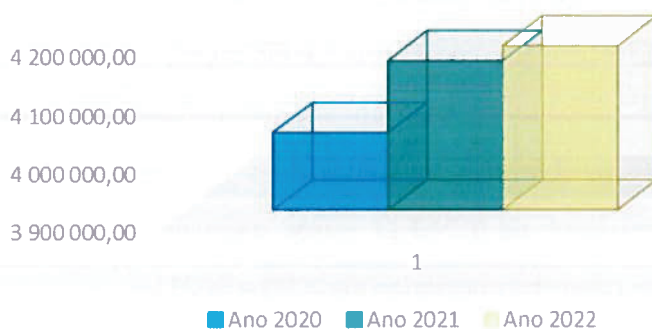
**Poupança Corrente**

Ano	Valor
2020	4 032 505,78
2021	4 155 739,28
2022	4 181 184,56

A variação no triénio é positiva em 148.678,78 euros.

Gráfico IV

**Poupança Corrente**



O RFALEI (Vide artigo 40º e 83º), sob a epígrafe «Equilíbrio orçamental», prevê que a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo. O cumprimento da referida regra de equilíbrio orçamental deve ser garantido, relativamente a cada período orçamental, no momento da elaboração do orçamento, das respetivas alterações (permutativas e modificativas) e no decorrer da execução orçamental.

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

O princípio do equilíbrio orçamental consagrado no ponto 3.1.1, al. e), do POCAL, foi revogado pelo SNC-AP, mantendo-se o previsto no RFALEI. Aliás, o grupo de acompanhamento do POCAL (SATAPOCAL) já havia, ainda que tacitamente, revogado o princípio estabelecido no POCAL.

Demonstramos em seguida, o controlo do cumprimento da regra do equilíbrio previsto no RFALEI:

Quadro XXVII

CONTROLO DO CUMPRIMENTO DA REGRA DE EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

Dados do exercício de 2022

DESCRIÇÃO	Dados do exercício de 2022		
	Dotações iniciais	Dotações corrigidas	Execução
(A) Receita corrente bruta	15 588 517,00	17 144 143,00	18 986 651,35
(B) Despesa corrente	14 071 031,00	16 323 191,00	14 805 466,79
(C) Saldo corrente (A) - (B)	1 517 486,00	820 952,00	4 181 184,56
(D) Amortizações médias de empréstimos de m/l prazo	468 959,14	468 959,14	468 959,14
(E) Diferença ((C)-(D))	1 048 526,86	351 992,86	3 712 225,42
Controlo do cumprimento da regra de equilíbrio	Cumpre	Cumpre	Cumpre

Passemos a analisar os orçamentos e a respetiva execução, nos anos 2020 a 2022 [tendo por base a receita cobrada líquida].

Quadro XXVIII

Execução do saldo orçamental no triénio 2020 a 2022

Designação	2020				2021				2022			
	Orç. Inicial	Orç. Final	Execução	%	Orç. Inicial	Orç. Final	Execução	%	Orç. Inicial	Orç. Final	Execução	%
Receita Corrente	14 101 419,00	14 716 999,00	15 884 620,32	107,93%	14 970 821,00	15 692 931,00	15 748 943,38	100,36%	15 588 517,00	17 144 143,00	18 896 658,72	110,22%
Receita de Capital	1 854 912,00	4 923 557,94	3 973 681,15	80,71%	4 108 625,00	6 023 770,00	5 473 002,20	90,86%	4 134 868,00	3 706 466,06	3 587 199,98	96,78%
Outras Receitas	0,00	0,00	0,00	100,00%	0,00	0,00	0,00	100,00%	0,00	0,00	0,00	100,00%
<b>TOTAL</b>	<b>15 956 331,00</b>	<b>19 640 556,94</b>	<b>19 858 301,47</b>	<b>101,11%</b>	<b>19 079 446,00</b>	<b>21 716 701,00</b>	<b>21 221 945,58</b>	<b>97,72%</b>	<b>19 723 385,00</b>	<b>20 850 609,06</b>	<b>22 483 858,70</b>	<b>107,83%</b>
Despesas Correntes	12 357 063,00	13 283 957,00	11 871 602,57	89,37%	12 902 212,00	15 133 456,00	12 694 217,51	83,88%	14 071 031,00	16 323 191,00	14 805 466,79	90,70%
Despesas de Capital	3 599 268,00	7 872 210,08	5 507 319,18	69,96%	6 177 234,00	10 578 234,86	6 393 282,80	60,44%	5 652 354,00	10 656 853,19	8 658 719,83	81,25%
<b>TOTAL</b>	<b>15 956 331,00</b>	<b>21 156 167,08</b>	<b>17 378 921,75</b>	<b>82,15%</b>	<b>19 079 446,00</b>	<b>25 711 690,86</b>	<b>19 087 500,31</b>	<b>74,24%</b>	<b>19 723 385,00</b>	<b>26 980 044,19</b>	<b>23 464 186,62</b>	<b>86,97%</b>
Saldo			<u>2 479 379,72</u>				<u>2 134 445,27</u>				<u>-980 327,92</u>	
Saldo da gerência anterior			<u>1 515 610,14</u>				<u>3 994 989,86</u>				<u>6 129 435,13</u>	
Saldo para a gerência seguinte			<u>3 994 989,86</u>				<u>6 129 435,13</u>				<u>5 149 107,21</u>	

Ao longo do triénio as receitas totais cobradas aumentaram 2.625.557,23 euros (3.512.726,08 euros entre 2019 vs 2021), tendo as despesas totais pagas registado um acréscimo de 6.085.264,87 euros (1.998.554,54 euros entre 2019 vs 2021) ou seja, uma variação em termos relativos de 13,22% e 35,02%, respetivamente. O facto de no ano 2022 a receita cobrada ser menos do que a despesa paga, implicou uma diminuição do saldo da gerência a transitar para o ano seguinte (5.149.107,21 euros) em relação ao saldo inicial (6.129.435,13 euros).

No ano 2020 e 2021, a receita executada foi sempre superior à despesa paga, enquanto no ano de 2022 isso já não se verificou, tendo sido necessário o recurso ao saldo da gerência anterior para equilibrar a execução orçamental. O saldo da execução orçamental, acrescido do saldo transitado, permite a transição de um saldo de gerência para 2023 de 5.149.107,21 euros, possibilitando, via mecanismo da alteração orçamental modificativa, incrementar as dotações iniciais do orçamento de 2023 em 5.149.107,21 euros.

Como se constata nos dados de execução orçamental, o princípio do equilíbrio corrente<sup>4</sup> foi respeitado, tendo as receitas correntes ultrapassado as despesas correntes em todas as fases de execução orçamental.

No triénio, o ano de 2020 é aquele em que o saldo da gerência é o mais baixo.

Em termos relativos, o ano 2022 fica marcado pela mais alta taxa de execução, quer ao nível da receita, quer ao nível da despesa (106% e 86,97%, respetivamente). Contudo, em todas as gerências em análise, a taxa de execução da receita superou a baliza dos 85% previstos no art.º 56º do RFALEI.

O quadro seguinte permite uma análise comparativa do saldo efetivo<sup>5</sup> ao longo do triénio 2020-2022:

**Quadro XXIX**

**Saldo efetivo**

Calculado com base na receita cobrada líquida

Designação	2020	2021	2022
Receitas efetivas	19 858 301,47	21 221 945,58	22 483 858,70
Despesas efetivas	17 378 921,75	18 528 721,66	22 977 746,95
Saldo global efetivo	2 479 379,72	2 693 223,92	-493 888,25

Nos anos de 2020 a 2021, o saldo efetivo apresenta um saldo positivo. Sendo que em 2022 o saldo efetivo é negativo em 493.888,25 euros. Tal facto fez com que se tivesse de recorrer ao saldo da gerência anterior para financiar despesas da gerência do período (conforme pode ser constatado no quadro XXVIII).

Não houve recurso a ativos financeiros; todavia, nos anos 2019 e 2020 fez-se uso de passivos financeiros (empréstimo BPI contratualizado em 2019).

<sup>4</sup> O princípio do equilíbrio orçamental encontra-se previsto no art.º 40 da Lei n.º 73/2013, de 2 de setembro.

<sup>5</sup> Receitas e despesas, com exclusão das resultantes de ativos financeiros, passivos financeiros e saldos de gerência do período anterior.



Recorrendo aos mapas de controlo orçamental da receita e da despesa, verifica-se que o grau de realização da despesa, aferido pelos compromissos assumidos 26.252.402,33 euros (22.828.409,06 euros em 2021), é inferior ao grau de realização da receita cobrada bruta 28.955.259,46 euros (26.317.948,84 euros em 2021), levando a um superavit orçamental de 2.699.318,13 euros (2.904.366,23 euros em 2021), como se demonstra:

Quadro XXX

Apuramento do Défice Orçamental

Execução Orçamental da Despesa

Dotações corrigidas	Compromissos assumidos			Despesa paga	Dotação não comprometida	Diferenças	
	Período	Períodos futuros	Total			Saldo	Compromissos por pagar
(1)	(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)	(6)=(1)-(2)	(7)=(1)-(5)	(8)=(2)-(5)
26 980 044,19	26 252 402,33	5 594 082,43	31 846 484,76	23 464 186,62	727 641,86	3 515 857,57	2 788 215,71

Execução Orçamental da Receita

Dotações corrigidas	Receitas por cobrar no início do ano	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Receita cobrada líquida	Receitas por cobrar no final do ano
(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)	(15)=(10)+(11)-(12)-(13)
26 980 044,19	515 839,85	28 795 333,53	17 487,29	28 955 259,46	28 613 293,83	338 426,63

Excedente orçamental (16) = (14)+(15)-(5)-(8) **2 699 318,13**  
 % Sobre a receita cobrada líquida (17) = (16/14x100) **9,43%**

9 - Calculado de acordo com as regras do sistema europeu de conta (SEC95)

No ano de 2020 o superavit orçamental foi de 2.282.300,91 euros. Na gerência de 2021 o superavit orçamental foi de 2.904.366,23 euros e no ano findo em 31 de dezembro de 2022 o superavit orçamental fixou-se em 2.699.318,13 euros, o que significa que as receitas cobradas brutas permitiram pagar a totalidade dos compromissos assumidos para o ano de 2022 não onerando desta forma a gerência seguinte.

De referir, todavia, que o nível de compromissos globais assumidos (do período e períodos futuros) ascendem a 31.846.484,76 euros, tendo sido pagos 23.464.186,62 euros (67%), ficando por pagar (porque ainda não executados e/ou vencidos) 8.382.298,14 euros.

Considerando o saldo da gerência no montante 5.149.107,21 euros, implicará com que 3.233.190,93 euros tenham de ser gerados na execução orçamental da receita no ano 2023, para honrar os compromissos assumidos em 2022, que terão execução em períodos futuros.

## 2.5 – Apoio a instituições

Na gerência de 2022, o município de Valpaços apoiou financeiramente instituições que prosseguem fins de caráter social, cultural, recreativo e desportivo, no montante global de 1.846.534,22 euros (1.218.238.04 euros em 2021), no âmbito das suas atribuições e competências.

Por razões de materialidade, no quadro abaixo, listamos as instituições às quais foram atribuídas, no ano, verbas superiores a 10.000 euros.

Quadro XXXI

Transferências para instituições sem fins lucrativos de valor superior a 10.000 euros/Ano

Entidade Beneficiária	Valor Pagamento
Cruz Vermelha Portuguesa - Núcleo de Valpaços	18 924,17
Casa do Povo de Vilarandelo a)	155 533,10
Coopacos - Cooperativa Agrícola de Valpaços, CRL	11 014,65
Associação Humanitária Dos Bombeiros Vol.de Carrzedo de Montenegro	70 066,86
Santa Casa da Misericórdia de Valpaços	63 203,69
Associação Humanitária Dos Bombeiros Voluntários de Valpaços	207 316,07
Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Valpaços	228 652,50
Grupo Desportivo de Carrzedo de Montenegro	20 000,00
Banda Municipal de Valpaços	43 339,95
Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Vilarandelo	10 000,00
Associação Cultural de Rio Bom	18 379,90
Grupo desportivo de Valpaços	45 000,00
Casa do povo de Sonim	42 939,18
Associação de Solidariedade Social de S. Pedro de Sanfins	99 521,76
Centro Social e Paroquial de Vassal	68 170,10
USPRIGOZUS -Grupo TT Vilarandelo	34 600,00
Valpaços Futsal Clube	45 500,00
Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Valpaços	20 000,00
APEEACV – Associação de Pais e Encarregados de Educação	457 861,47
Associação Academia Johnson Januário	19 500,00
CAMI - Clube Aventura do Minho	15 000,00
Motivos e Critérios - Associação Cultural, Recreativa e Desportiva	18 026,47
FAÇANHA - Associação cultural, recreativa e desportiva de Deimãos	44 020,63
Associação de Agricultores para Valorizar o Futuro	11 647,50

a)Incluí as verbas no âmbito do processo de descentralização da competência na área da Ação Social.

Do montante pago a título de transferências para instituições (1.846.534,22 euros – *Despesas corrente e de capital*), 24 instituições beneficiaram de 95,76% do referido montante.

## 2.6 – Análise das Grandes Opções do Plano

A execução das Grandes Opções do Plano representa o quadro de desenvolvimento da intervenção municipal, e apresenta-se organizado por objetivos, programas, projetos e ações. É parte integrante deste relatório, o Mapa de Execução do Plano Plurianual de Investimentos e o PAM – Plano de Atividades Municipais.

O mapa que a seguir se apresenta sintetiza a estrutura do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) por objetivos, comparando as dotações corrigidas com o valor executado.

Quadro XXXII

Análise ao Plano Plurianual de Investimentos

Objetivos	Previsões corrigidas	PPI	
		Execução	%
<b>Funções gerais:</b>			
Aq. const. conser.rep. edif. municipais	202 974,00	202 973,56	100,00
Aq. Rep. Máq. Viat. Outros equipamentos	345 626,00	337 332,94	97,60
<b>Funções sociais:</b>			
Ensino básico	918 676,00	664 655,47	72,35
Planeamento urbanísticos	65 037,00	0,00	0,00
Arranjos urbanísticos	593 914,00	441 743,06	74,38
Rede de Esgotos	433 759,00	291 779,25	67,27
Abastecimento de água	169 279,00	165 865,73	97,98
Cemitérios	147 023,00	140 594,79	95,63
Parques florestais e jardins	2 410 874,00	1 577 204,95	65,42
Cultura	177 018,00	125 496,59	70,89
Desporto, recreio e lazer	1 478 290,00	1 159 605,85	78,44
<b>Funções económicas:</b>			
Indústria e energia	1 296 642,00	1 292 361,89	99,67
Rede viária e sinalização	631 500,00	625 063,96	98,98
Turismo	218 333,19	147 947,07	67,76
<b>Outras funções:</b>			
Outras funções	54 036,00	36 000,00	66,62
<b>Total</b>	<b>9 142 981,19</b>	<b>7 208 625,11</b>	<b>78,84</b>

Para o cálculo do grau de execução do PPI, considerou-se o volume de despesa paga relativamente ao volume de dotações corrigidas e inscritas no Plano.

O valor inicialmente previsto para o PPI totalizava 4.729.728 euros (5.331.503 euros em 2021), tendo sido objeto de um incremento no valor de 4.413.253,19 euros, originando uma dotação corrigida de 9.142.981,19 euros (8.631.956,86 euros em 2021).

O objetivo «Parques florestais e jardins», com uma execução de 65,42% (28,56% em 2021), consumiu 1.577.204,95 euros (296.666,40 euros em 2021), o que equivale em termos relativos a 21,87% (6,08% em 2021) do total das despesas pagas no PPI, revelando-se o objetivo que mais recursos consumiu ao plano de investimentos.

Cortejando os montantes executados no último triénio, verifica-se que no ano de 2022 o município alcançou níveis de despesa superiores aos verificados nos demais anos em análise.

**Quadro XXXIII**

**Análise comparativa com o PPI de 2020, 2021 e 2022**

Objetivos	Execução do PPI		
	2020	2021	2022
<b>Funções gerais:</b>			
Aq. const. conser.rep. edif. municipais	38 711,41	123 218,22	202 973,56
Aq. Rep. Máq. Viat. Outros equipamentos	372 520,49	258 089,81	337 332,94
<b>Funções sociais:</b>			
Ensino básico	281 381,50	633 617,49	664 655,47
Ação social	193 303,93	0,00	0,00
Planeamento urbanísticos	102 406,85	15 680,15	0,00
Arranjos urbanísticos	570 188,91	310 672,38	441 743,06
Rede de Esgotos	256 546,87	312 093,21	291 779,25
Abastecimento de água	93 195,84	220 466,78	165 865,73
Cemitérios	183 308,45	359 393,44	140 594,79
Parques florestais e jardins	599 567,06	296 666,40	1 577 204,95
Cultura	16 265,13	321 069,64	125 496,59
Desporto, recreio e lazer	290 127,61	714 675,64	1 159 605,85
<b>Funções económicas:</b>			
Indústria e energia	27 569,87	238 451,55	1 292 361,89
Rede viária e sinalização	890 543,66	1 000 063,08	625 063,96
Turismo	0,00	35 919,16	147 947,07
<b>Outras funções:</b>			
Outras Funções	37 391,50	33 080,00	36 000,00
<b>Total</b>	<b>3 953 029,08</b>	<b>4 873 156,95</b>	<b>7 208 625,11</b>

A variação no triénio foi positiva em 3.255.596,03 euros, representando em termos relativos um aumento de 82,36% ao investimento realizado.

O ano de 2020 é o que releva um menor nível de investimento.

Todavia, ao nível das Transferências de Capital destinadas a fomentar investimentos das entidades receptoras (nomeadamente, Juntas de Freguesia e Instituições sem Fins Lucrativos), foram pagos 963.655,05 euros.

*Handwritten signature and initials in blue ink.*

Quadro XXXIV

Análise do Plano de Atividades Municipal

Objetivos	Previsões corrigidas	PAM	
		Execução	%
<b>Serviços gerais da administração pública</b>			
Administração Geral	10 625,00	10 625,00	100,00
Segurança e ordem pública	200 040,00	182 098,58	91,03
<b>Funções sociais</b>			
Educação	1 006 976,00	892 774,08	88,66
Saúde	0,00	0,00	0,00
Segurança e ação sociais	89 760,00	82 177,59	91,55
Habituação e serviços coletivos	1 860 970,00	1 661 392,82	89,28
Serviços culturais, recreativos e religiosos	450 564,00	438 659,78	97,36
<b>Funções económicas</b>			
Apoio a produção pecuária	21 505,00	21 504,70	100,00
Comércio e Turismo	16 875,00	16 070,00	95,23
<b>Total</b>	<b>3 657 315,00</b>	<b>3 305 302,55</b>	<b>90,38</b>

O Plano de Atividades Municipal, subdividido em Serviços Gerais da Administração Pública, Funções Sociais e Funções Económicas, teve uma execução de 90,38% (78,44% em 2021) face às dotações corrigidas, tendo sido executados 3.305.302,55 euros (2.571.653,02 euros em 2021), em que as Funções Sociais evidenciam a maior expressividade 3.075.004,27 euros (2.358.397,90 euros em 2021), nomeadamente com as despesas incorridas com a educação 892.774,08 euros (639.251,21 euros em 2021) e habitação e serviços coletivos 1.661.392,82 euros (1.353.201,75 euros em 2021).

**2.7 – Resumo dos Movimentos Financeiros de 2022**

O saldo a transitar para o ano 2023 no que respeita a operações orçamentais é de 5.149.107,21 euros (6.129.435,13 euros em 2022). O quadro que se segue faz um breve resumo dos movimentos financeiros da autarquia no ano 2022.

Quadro XXXV

Resumo dos Movimentos Financeiros de 2022

Designação	Operações orçamentais	Operações não orçamentais	Total
(1) Saldo transitado de 2021 a)	6 129 435,13	1 020 439,92	7 149 875,05
(2) Receitas arrecadadas	22 483 858,70	382 630,50	22 866 489,20
(3) Despesas pagas	23 464 186,62	146 523,75	23 610 710,37
<b>Saldo a transitar para 2023 (1+2-3)</b>	<b>5 149 107,21</b>	<b>1 256 546,67</b>	<b>6 405 653,88</b>

a) Incorporado em 2022

Em disponibilidades, detinha o município em 31/12/2022, 6.405.653,88 euros (7.149.875,05 euros em 2021), como se verifica no resumo diário de tesouraria do fecho do ano, devidamente evidenciados nos saldos apurados no término da gerência.

O saldo apurado da conta orçamental (5.149.107,21 euros), depois de aprovado o mapa «Demonstração do Desempenho Orçamental»<sup>6</sup> pode ser incorporado, por recurso a uma revisão orçamental, antes da aprovação dos documentos de prestação de contas, conforme art.º 81º da Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro (Orçamento do Estado para 2023).

## 2.8 – Prazo Médio de Pagamento

O prazo médio de pagamento (PMP) do município de Valpaços, calculado nos termos do Despacho n.º 9870/2009 do Ministro de Estado e das Finanças (publicado em DR – 2ª série, do dia 13/04/2009), era o seguinte:

Average	}	PMP a 31/12/2020 - 6 dias (estimado)
Payment		PMP a 31/12/2021 - 5 dias
Period		PMP a 31/12/2022 - 5 dias

No triénio o PMP foi sempre equilibrado.

<sup>6</sup> A Assembleia Municipal aprovou o Mapa Demonstração de Desempenho Orçamental em sua sessão ordinária realizada a 23/02/2023.

## 2.9 - Análise da Dívida do Município

A crescente intervenção social exigida aos municípios, devido não só ao alargamento das suas atribuições e competências (igualmente a descentralização), mas a uma capacidade mais interventiva no desenvolvimento do concelho com o objetivo de proporcionar melhores condições sociais, culturais, de lazer e bem-estar, o endividamento autárquico começou a ser utilizado como recurso financeiro alternativo à insuficiência de recursos no curto prazo. Constitui uma medida de política económica autorizada por Lei dentro dos limites legais, e aprovada por deliberação da Assembleia Municipal, com o necessário visto prévio do Tribunal de Contas (conforme art.º 46º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto).

A necessidade do recurso ao endividamento autárquico está dependente do nível de receitas arrecadadas.

O mapa a seguir permite visualizar a evolução da dívida no último quinquénio:

Quadro XXXVI

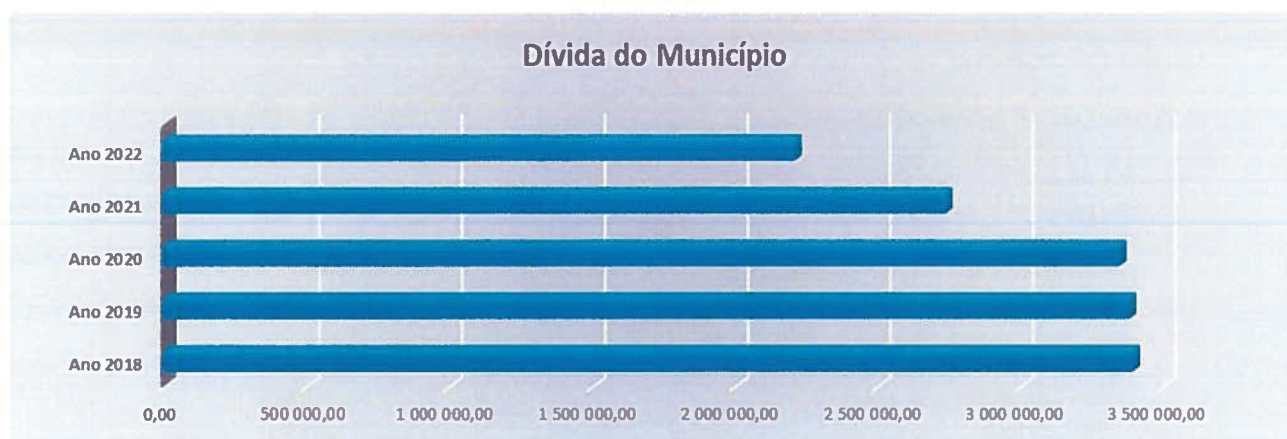
### Análise da Dívida do Município

Designação	2018	2019	2020	2021	2022
Dívidas de empréstimos (1)	2 965 480,14	3 131 896,49	3 172 362,52	2 588 228,30	2 104 422,43
Dívidas de curto prazo * (2)	427 390,19	249 585,05	175 016,17	149 879,61	102 919,21
Dívida total (1+2)	3 392 870,33	3 381 481,54	3 347 378,69	2 738 107,91	2 207 341,64
Taxa de crescimento da dívida - %	—	-0,34%	-1,01%	-18,20%	-19,38%

\* Inclui a dívida a fornecedores de conta corrente e fornecedores de bens de investimento

O endividamento do município tem vindo a ser sucessivamente reduzido como se demonstra no gráfico seguinte.

Gráfico V



Na gerência de 2022, o município reduziu em 19,38% face à dívida total existente a 31/12/2021.

O endividamento municipal em 2022 é o mais baixo do quinquênio em análise.

Conforme o estatuído no artigo 52º do RFALEI, existe um valor máximo estabelecido para a dívida municipal, incorrendo os municípios em penalidades caso venham a ultrapassar esse limite.

Dita o artigo 52º do RFALEI, que o montante da dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a dos serviços municipalizados e intermunicipalizados, das entidades intermunicipais e das entidades associativas municipais, das empresas locais e as participadas (em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas – vide artigo 40º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto), as cooperativas e as fundações e outras entidades de outra natureza, relativamente às quais se verifique o controlo ou presunção de controlo por parte do município, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três períodos anteriores.

Demonstramos em seguida a capacidade de endividamento do município para o ano de 2022, assim como o seu cumprimento para com o limite da dívida total imposto pelo RFALEI:

**Quadro XXXVII**

**Apuramento da capacidade de endividamento para o ano 2022  
(art.º 52º e 54º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro)**

Apuramento do limite da "Dívida Total" a 31/12/2022		
<b>Total receita cobrada nos 3 últimos anos</b>		<b>46 189 163,41</b>
Receita corrente cobrada em 2019	14 555 599,71	
Receita corrente cobrada em 2020	15 884 620,32	
Receita corrente cobrada em 2021	15 748 943,38	
<b>Média da receita</b>		<b>15 396 387,80</b>
<b>1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos 3 últimos anos</b>		<b>23 094 581,71</b>
<b>Apuramento da Dívida Total</b>		
<b>Dívida total operações orçamentais do Município</b>		<b>3 455 842,46</b>
20.2 - Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	0,00	
22.1 - Fornecedores C/C	93 469,23	
22.5 - Fornecedores-faturas em receção e conferência	0,00	
24 - Estado e outros entes públicos	57 290,87	
25.1.1 - Financiamentos obtidos - Empréstimos bancários	1 339 017,67	
25.1.3 - Financiamentos obtidos - Locação Financeira (Leasing)	0,00	
25.9 - Financiamentos obtidos - Outros financiadores - PAEL	765 404,76	
27.1.1 - Fornecedores de investimentos, C/C	9 449,98	
27.2.2 - Credores por acréscimo de gastos	1 140 668,86	
27.8.9.2 - Outros Credores	50 541,09	
<b>Dívida das entidades relevantes para efeitos de limites da Dívida Total</b>		<b>114 483,01</b>
AMAT- Associação Municípios do Alto Tâmega	9,37	



*Atilho*

Comunidade Intermunicipal Alto Tâmega	74,13
Caixa de Crédito Agrícola Mutuo (Dados do ano 2021)	114 375,06
EHATB	0,00
Eólica da Serra das Alturas	0,00
Empresa Eólica do Barroso	0,00
Eólica da Padrela	0,00
Atberg - Eólica do Alto Tâmega	0,00
Empreendimento Eólico de Viade	0,00
Eólica de Montenegrelo	0,00
Eólica de Atilho	0,00
Arvore-Cooperativa de Atividades Artísticas, CRL (Dados do ano 2021)	24,45
Resinorte-Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.	0,00
<b>Dívida Total a 31/12/2022 excluindo operações extraorçamentais e empréstimos excluídos</b>	<b>3 570 325,47</b>
<b>Capacidade de endividamento</b>	
Capacidade de endividamento para 2022	7 902 763,08
<b>Dívida Total a 31/12/2022 excluindo operações extraorçamentais e empréstimos excluídos</b>	<b>3 570 325,47</b>
<b>Margem disponível</b>	<b>4 332 437,60</b>

Quadro XXXVIII

Capacidade de endividamento para 2023	
Total receita cobrada nos 3 últimos anos	49 336 878,75
Receita corrente cobrada em 2020	14 555 599,71
Receita corrente cobrada em 2021	15 884 620,32
Receita corrente cobrada em 2022	18 896 658,72
Média da receita	16 445 626,25
1,5 Vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos 3 últimos anos	24 668 439,38
Dívida Total a 31/12/2022 (excluindo operações extraorçamentais e FEE)	3 570 325,47
Margem Absoluta	21 098 113,90
Margem utilizável (20% - alínea b) do n.º 3 do art.º 52º, Lei n.º 73/2013)	4 219 622,78
<b>Capacidade para 2023</b>	<b>7 789 948,25</b>

Como se constata nos quadros supra, o município encontra-se dentro dos limites da dívida total previsto no regime financeiro das autarquias, utilizando para tal 45,18% da sua capacidade máxima permitida.

Anote-se que o município não pode em momento algum, sob pena de incorrer nas sanções previstas na Lei, de ultrapassar o limite da dívida total, nem poderá, e no caso em apreço, aumentar em cada exercício económico, o valor correspondente a 20% na margem disponível no início de cada um dos exercícios, assim a margem líquida da dívida total foi de 4.332.437,60 euros.

Passaremos em seguida, a analisar alguns indicadores financeiros relacionados com o serviço da dívida.

**Quadro XXXIX**

**Rácios dos Encargos com a Dívida**

<b>Designação</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>
Enc. c/ dívida/Rec. Impostos	2,21	1,96	1,90	1,71	0,97
Enc. c/ dívida/Receita Corrente	0,35	0,30	0,29	0,25	0,18
Enc. c/ dívida/ Despesa Corrente	0,45	0,36	0,38	0,31	0,23

De acordo com os indicadores expostos, os encargos com a dívida têm um peso nas receitas fiscais (Impostos diretos e indiretos) de 0,97%, no total das receitas correntes um impacto pouco considerável de 0,18% e o peso dos juros nas despesas correntes cifram-se em 0,23%.

Os encargos com a dívida atingem em 2022 os valores mais baixos do quinquénio.

O serviço da dívida nos últimos cinco anos, foi o seguinte:

**Quadro XL**

**Serviço da dívida**

<b>Designação</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>
1 - Amortizações	667 212,76	646 070,27	573 265,35	541 271,01	482 062,76
2 - Juros	49 842,50	43 696,93	45 586,42	39 396,90	33 545,72
3 - Serviço da Dívida (1+2)	717 055,26	689 767,20	618 851,77	580 667,91	515 608,48

No quinquénio, o ano 2022 é o que apresenta um menor serviço da dívida. Constata-se uma variação relativa de menos 28,09% entre o ano 2022 e o ano 2018. A previsão para a gerência de 2023 e em resultado do aumento da taxa Euribor, pode ocasionar um aumento da componente de juros a desembolsar no período de 2023, originando variações de dívida mais ténues do que aquelas até aqui constatadas.

